

A low-angle photograph of a tall, modern glass skyscraper reflecting the sky and clouds. In the foreground, a red sign with the Santander logo and name is visible. Several flags are flying on poles in front of the building. The left side of the image is a solid red vertical band.

**20
25**

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar
pelo
Banco Central do Brasil**

30 de junho de 2025

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balanco Patrimonial	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração dos Resultados Abrangentes	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado	19
Demonstração dos Fluxos de Caixa	20
Demonstração do Valor Adicionado	21
1. Contexto Operacional	22
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	22
3. Principais Políticas Contábeis	24
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	31
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	33
7. Outros Ativos Financeiros	47
8. Carteira de Créditos	48
9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	50
10. Ativos e Passivos Fiscais	56
11. Outros Ativos	62
12. Informações das Dependências no Exterior	62
13. Participações de Controladas e Coligadas	63
14. Imobilizado de Uso	67
15. Intangível	67
16. Captações	68
17. Outros Passivos Financeiros	71
18. Outros Passivos	72
19. Hierarquia do Valor Justo	73
20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	74
21. Patrimônio Líquido	77
22. Partes Relacionadas	79
23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	84
24. Despesas de Pessoal	84
25. Outras Despesas Administrativas	85
26. Outras Receitas e Despesas Operacionais	85
27. Variações Cambiais (Líquidas)	86
28. Resultado Não Operacional	86
29. Plano de Benefícios a Funcionários	87
30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	100
31. Reestruturações Societárias	103
32. Outras Informações	104
33. Eventos Subsequentes	105
Composição dos Órgãos da Administração em 30 de junho de 2025	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	108
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	109
Relatório do Comitê de Auditoria	110

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025 serão divulgadas em 30 de julho de 2025 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ Prolongamento das tensões comerciais

Uma das promessas de campanha do presidente norte-americano Donald Trump era aumentar tarifas contra os seus parceiros comerciais, o que foi feito no dia 2 de abril no chamado “Liberation Day”. Em seguida, houve um recuo temporário por parte de Trump, para dar tempo de negociação aos países. No entanto, no dia 9 de julho, Trump anunciou 50% de tarifas comerciais contra o Brasil, colocando o país no grupo que mais sofre com o aumento tarifário. Os impactos ainda são incertos, assim como a implementação das tarifas agora no dia 01/08, ainda havendo espaço para negociações. No entanto, estimamos que dado o fechamento da economia brasileira, o impacto é relativamente contido. A balança comercial deve sofrer, e estimamos que pode ficar prejudicada em até USD 9 bilhões em 12 meses, resultando num impacto negativo mas relativamente pequeno no câmbio.

❖ Inflação mais benigna aumenta chances de cortes juros por parte do Federal Reserve em 2025

Os números de inflação nos Estados Unidos surpreenderam positivamente, com desaceleração nos núcleos e principalmente nas leituras de serviços. A combinação de um mercado de trabalho menos pressionado, menor consumo de bens duráveis e alívio nos preços de energia contribuiu para um ambiente inflacionário mais benigno. Essa melhora levou os mercados a revisarem suas expectativas para a política monetária, passando a precificar entre dois e três cortes de juros ainda em 2025, com o primeiro movimento podendo ocorrer já no início do segundo semestre. Apesar desse alívio, o Federal Reserve segue adotando uma postura cautelosa. A autoridade monetária tem sinalizado que ainda há riscos relevantes no horizonte, especialmente ligados aos impactos inflacionários das novas tarifas impostas sobre produtos chineses e de outras regiões. Essas medidas podem pressionar os preços de bens importados e dificultar a convergência da inflação para a meta de 2%. Assim, embora o cenário tenha evoluído favoravelmente, o Fed ainda busca maior evidência de que a desinflação é sustentada antes de iniciar o ciclo de cortes — o que justifica a manutenção de uma comunicação conservadora por ora.

❖ Tensão no oriente médio não escala e alivia mercados

No mês de junho, o conflito entre Israel e Irã gerou momentos de tensão, com alguns movimentos de aversão a risco, especialmente após episódios de ataques diretos e ameaças de retaliação. No entanto, a ausência de uma escalada prolongada e a rápida atuação de potências globais (em particular dos EUA) para conter o avanço das hostilidades ajudaram a reduzir a tensão nos mercados. A retomada parcial de canais diplomáticos e o foco das partes em evitar um confronto regional mais amplo indicam, por ora, uma estabilização do cenário. Assim, os mercados passaram a acreditar numa menor probabilidade de escalada adicional, com impactos limitados em ativos de risco.

No ambiente doméstico

❖ Como esperado, o crescimento econômico no 1T25 foi elevado, com altas fortes nos componentes menos cíclicos. Passada a safra, a atividade tende a perder ímpeto ao longo do ano.

O PIB cresceu 1,4% no 1T25, confirmando a expectativa de forte desempenho impulsionado pela agropecuária (+12,2%), mas com sinais adicionais de aquecimento da demanda. O consumo das famílias (+1,0%) e as importações (+5,9%) vieram acima do esperado, refletindo resiliência do crédito e melhora no mercado de trabalho. Observou-se, contudo, surpresas negativas em serviços (+0,3%) e na estabilidade na indústria (-0,1%). De fato, é importante perceber que, sob a ótica da oferta, o resultado foi marcado por um desempenho heterogêneo entre os grandes setores, e concentrado nos setores menos cíclicos da economia. O Banco Santander manteve a projeção de crescimento de 2,0% em 2025, mas reconhece que os riscos são positivos dada uma possível postergação da desaceleração projetada.

❖ Copom elevou a taxa Selic para 15,00%, ressaltando que o cenário exige política monetária contracionista por período “bastante prolongado”.

O cenário mais recente foi marcado por desancoragem adicional das expectativas de inflação, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho, o que exigia uma política monetária mais contracionista. Ao mesmo tempo, o Copom também destacou que antecipa uma interrupção no ciclo de alta de juros em se confirmando o cenário esperado. Dada extensão e a velocidade com que esse ciclo de alta foi implementado, o Comitê examinará os impactos acumulados do ajuste já realizado, ainda por serem observados, para avaliar se a estratégia de juros elevados por período bastante prolongado será suficiente para a convergência da inflação à meta. O Banco Santander prevê a estabilidade da Selic nos atuais 15,00% até o final de 2025 e um ciclo de cortes de 200 pontos-base ao longo de 2026.

❖ Queda do USD/BRL trouxe alívio para a inflação corrente e as projeções de inflação de curto prazo.

A inflação ao consumidor continuou elevada e as expectativas de inflação permaneceram desancoradas, com o IPCA acumulando alta em doze meses de 5,3% até maio. Contudo, em comparação com as expectativas do consenso, as variações mensais têm mostrado surpresas *net* positivas. Observa-se, por exemplo, novo movimento de apreciação do real, de quase 8% no segundo trimestre, que ajuda a conter os preços dos alimentos e de bens industriais. A fraqueza do USD

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ao redor do mundo, somada aos elevados juros domésticos, explicam o comportamento do BRL. Nesse ambiente, a partir da divulgação dos dados mais recentes, observa-se uma queda nas expectativas de inflação nos horizontes mais curtos. De qualquer forma, para os horizontes mais longos, não houve alteração relevante das estimativas do consenso, o que mantém desafiador o cenário de convergência da inflação à meta.

2. Desempenho Consolidado

A evolução dos resultados do primeiro semestre de 2025 reflete nosso foco na execução da estratégia, em termos o banco mais presente na vida de nossos clientes de forma inteligente, sustentável e personalizada, e buscando construir uma operação mais diversificada, sólida e capaz de gerar resultados consistentes.

O lucro líquido gerencial apresentou crescimento de 18,4% no período, totalizando R\$ 7,5 bilhões, resultando em um ROAE de 16,9%, incremento de 2,0 p.p. ante o mesmo período de 2024.

Orientados pela disciplina na alocação de capital com foco nos negócios estratégicos e rentabilidade, bem como no relacionamento principal junto aos nossos clientes, a carteira de crédito ampliada avançou 1,5%, totalizando R\$ 675,5 bilhões, com destaque para financiamento ao consumo (+15,8%), cartão de crédito (+13,1%) e PMEs (+11,2%). Alinhadas à evolução do crédito, as captações ficaram praticamente estáveis, 0,2% ao final do primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano anterior, com importante melhora no mix, com as pessoas físicas representando 47% do total, ante 44% no mesmo período de 2024, mantendo níveis de liquidez bastante robustos no período.

Como resultado da nossa disciplina de preços registramos uma evolução da margem financeira com clientes na ordem de 10,4% no semestre, com contribuições positivas tanto na margem de crédito quanto na margem de captações. A margem de mercado, por sua vez, foi negativamente impactada, resultado da sensibilidade negativa à taxa de juros. As comissões cresceram 2,7% no semestre, sendo os destaques a evolução de cartões com 13,1%, seguida pela administração de recursos com 13,0% e conta corrente com 5,9%. Vale ressaltar que as receitas vinculadas às operações de crédito foram negativamente impactadas pela implementação da Resolução CMN 4.966/21. Excluindo-se este efeito o crescimento do total de comissões teria sido de 5,3%

A despesa de provisão para devedores duvidosos apresentou evolução de 11,0% no acumulado do primeiro semestre de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior. Além dos impactos da implementação da Resolução CMN 4.966/21, as taxas de juros mais elevadas ao longo de 2025, e consequente aumento do endividamento das famílias e pressão sobre a capacidade de pagamento de juros das empresas, resultaram em níveis de inadimplência mais elevados, contribuindo para o incremento da provisão no período.

Em se tratando das despesas, nossos investimentos em tecnologia impulsionaram a eficiência, que atingiu 37,0%, uma redução de 2,5 p.p. na comparação com o mesmo período de 2024, com as despesas crescendo 3,0%, abaixo da inflação, reflexo de uma gestão eficiente de custos.

Sabendo que desempenhamos um papel crucial na transição para uma economia mais inclusiva e sustentável, seguimos no caminho da evolução sustentável do nosso ROAE, com disciplina na alocação de capital, pautados por nossos pilares estratégicos e transformação constante junto aos nossos clientes, colaboradores, acionistas e sociedade.



Lucro Líquido (gerencial)
R\$7,5 bilhões 1S25
(+18,4% vs 1S24)



Carteira ampliada
R\$ 675,5 bilhões Jun/25
(+1,5% vs Jun/24)



Margem Financeira
R\$ 31,3 bilhões 1S25
(+6,0% vs 1S24)

Demonstração de resultados gerencial¹

(R\$ milhões)	2T25	1T25	2T25 x 1T25	1S25	1S24	1S25 x 1S24
Margem Financeira Bruta	15.396	15.921	(3,3)%	31.318	29.541	6,0 %
Comissões	5.204	5.137	1,3 %	10.341	10.068	2,7 %
Receita Total	20.600	21.058	(2,2)%	41.659	39.608	5,2 %
Resultado de PDD	(6.862)	(6.390)	7,4 %	(13.252)	(11.939)	11,0 %
Despesas Gerais	(6.412)	(6.573)	(2,5)%	(12.986)	(12.611)	3,0 %
Outros	(3.125)	(3.348)	(6,7)%	(6.473)	(7.613)	(15,0)%
Lucro líquido antes de impostos	4.201	4.747	(11,5)%	8.949	7.446	20,2 %
Impostos e minoritários	(542)	(886)	(38,9)%	(1.429)	(1.092)	30,8 %
Lucro líquido gerencial	3.659	3.861	(5,2)%	7.520	6.353	18,4 %
Lucro líquido contábil	3.593	3.778	(5,0)%	7.372	6.184	19,2 %

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, assecuração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2025.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 53.918 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejam o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.



7. Sustentabilidade

Nossa história em sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse semestre, vivemos uma intensa jornada de evolução, na qual aprimoramos nossos programas, negócios e governança dirigida ao tema.

Nessa trajetória, destacam-se a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito a projetos e empresas; a geração de negócios que apoiem a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono; e a construção de uma sociedade mais inclusiva, por meio de ações de educação e empregabilidade, inclusão financeira e empreendedorismo e inclusão social. Muitas dessas iniciativas são acompanhadas por metas globais nas áreas em que temos maior impacto potencial, como net zero, inclusão financeira e cultura inclusiva.

Para garantir uma boa governança desse processo, contamos com políticas e controles robustos, amparados pela alta liderança.

Ao final do 2T25, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

- Viabilizamos R\$ 17 bilhões em negócios sustentáveis e alcançamos uma carteira de R\$ 40,5 bilhões como emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados. Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (crédito de carbono) com 43% de market share.

Do total de negócios sustentáveis, ressaltamos as seguintes operações e iniciativas:

- O Prospera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou cerca de R\$ 3,2 bilhões em carteira de microcrédito, com 1,14 milhão de clientes, atendendo mais de 1.700 municípios;

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

- Já por meio do PRONAMPE, Programa do Governo Federal, alcançamos uma carteira de R\$ 5,3 bilhões apoiando micro ou empresas de pequeno porte a impulsionar o seu negócio;
- Emitimos fiança para a startup de créditos de carbono Mombak, com o objetivo de expandir seus projetos de reflorestamento com uso de espécies nativas no estado brasileiro do Pará. Trata-se do primeiro desembolso do Fundo Clima, do BNDES, para restauração florestal; e
- Realizamos o primeiro “câmbio verde” no café, para a NKG Stockler, uma das maiores exportadoras de café do Brasil. Trata-se da primeira operação de antecipação de crédito cambial (ACC) com selo sustentável de US\$ 21 milhões focada no setor cafeeiro, vinculada a critérios de sustentabilidade e rastreabilidade.
- A Biomás, empresa cofundada pelo Santander Brasil, iniciou seu primeiro projeto de restauração (Muçununga) de mais de 1,2 mil hectares de Mata Atlântica no sul da Bahia. A iniciativa prevê o plantio de 2 milhões de mudas de cerca de 70 espécies nativas nos próximos dois anos.

Eventos de negócios

Realizamos dois eventos sobre os desafios da transição climática em setores estratégicos:

- “O agro em transformação” abordou temas como cadeias de suprimentos sustentáveis, biocombustíveis e inovação.
- “A descarbonização do transporte e mobilidade” tratou de tendências e desafios da transição no setor de transportes.

Sediamos ainda o encontro promovido pela Eurocâmaras, que recebeu o comissário europeu para Clima, Wopke Hoekstra, entre outros, reforçando a relação entre transição climática e competitividade econômica, em mais um passo importante rumo à COP30.

Impacto social

- Por meio de ações que apoiam a educação, beneficiamos cerca de 360 mil pessoas em busca de crescimento profissional, por meio de um investimento de quase R\$ 9,5 milhões.
- Realizamos ações de educação financeira para jovens e adultos de escolas públicas, beneficiando mais de mil pessoas. Seguimos na conscientização do tema e promovemos conteúdos para as redes sociais com posts semanais sobre o cuidado com compras impulsivas, parcelamento de compras, cartão online e dívidas.

Voluntariado

No Dia Mundial do Meio Ambiente, colaboradores participaram de uma ação voluntária de reflorestamento na grande São Paulo, com o plantio de mudas nativas da Mata Atlântica, em parceria com organizações ambientais IBEAC (Instituto Brasileiro de Apoio Comunitário) e COOPERAPAS (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo). Ao todo, serão plantadas mais de 10 mil árvores até agosto.

Índice de Sustentabilidade

Como reconhecimento de nossa atuação em sustentabilidade, seguimos na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, publicado no período. O Santander Brasil alcançou a 11ª posição entre as 82 empresas participantes.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.



9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de julho de 2025).



Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Instituição" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

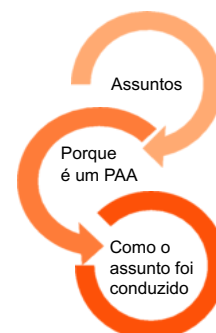
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 2(a), 2(b) 2, 3(a) (VII), (VIII), (IX), (XI), (XII), 9 e 30(a) (A))

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

A determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, conseqüentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma individual ou coletiva para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na Resolução nº 4.966 do CMN. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, situação econômica e financeira, segmento e cenários econômicos.

Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Em relação a implementação da Resolução nº 4.966 do CMN, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos novos modelos de provisão para perdas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos entendimento e testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução nº 4.966 do CMN.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(n) e 20)

O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de passivos para processos judiciais e administrativos e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis que são realizados pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os principais processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 30(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de julho de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Ativo			
Circulante e Não Circulante		1.229.729.218	1.224.313.924
Disponibilidades	4	8.606.567	8.625.589
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		246.243.396	231.133.469
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	103.306.460	103.306.460
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.II	98.865.057	92.083.362
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	44.071.879	35.743.647
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo pro meio de Outros Resultados Abrangentes		61.357.965	70.364.846
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.III	61.357.965	70.364.846
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		717.681.641	749.942.823
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	121.151.646	41.919.122
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.IV	110.418.712	120.589.662
Operações de Crédito	8	356.938.989	447.218.171
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	3.279.984
Outros Ativos Financeiros	7.a	129.172.294	136.935.884
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	9	(34.192.017)	(41.665.773)
Outros Ativos	11	111.711.121	123.935.300
Ativos Fiscais	10.a	59.427.923	66.583.396
Permanente		58.892.622	15.394.274
Investimentos		47.489.313	2.954.206
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	47.397.821	2.858.066
Outros Investimentos		91.492	96.140
Imobilizado de Uso	14	4.317.847	4.694.607
Imóveis de Uso		2.340.882	2.587.167
Outras Imobilizações de Uso		12.461.562	12.917.650
(Depreciações Acumuladas)		(10.484.597)	(10.810.210)
Intangível	15	7.085.462	7.745.461
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	28.167.735
Outros Ativos Intangíveis		16.410.945	17.127.717
(Amortizações Acumuladas)		(36.545.998)	(37.549.991)
Total do Ativo		1.229.729.218	1.224.313.924

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Passivo			
Circulante e Não Circulante		1.137.886.908	1.129.971.654
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.049.099.660	1.022.717.911
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		40.063.363	32.859.974
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	40.063.363	32.859.974
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		1.009.036.297	989.857.937
Depósitos	16	486.744.377	487.545.499
Captações no Mercado Aberto	16	177.466.614	157.460.182
Obrigações por Empréstimos	16	111.673.082	111.808.693
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	8.513.095	8.513.095
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	179.378.621	171.625.652
Outros Passivos Financeiros	17.a	45.260.508	52.904.816
Outros Passivos	18	82.595.251	94.688.220
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18	3.091.346	3.289.719
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	18	6.295.869	7.083.674
Outras Provisões	18	1.991.962	7.443.882
Diversos	18	71.216.074	76.870.945
Passivos Fiscais	10.c	6.191.997	12.565.523
Patrimônio Líquido	21	91.842.310	92.459.146
Capital Social	21.a	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	21.c	514.295	514.295
Reservas de Lucros	21.c	32.010.291	32.384.248
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(4.959.453)	(4.716.574)
(-) Ações em Tesouraria	21.d	(722.823)	(722.823)
Participação dos Acionistas Minoritários	21.e	-	1.883.124
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.229.729.218	1.224.313.924

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		68.500.890	75.964.867
Operações de Crédito		36.723.542	46.463.820
Operações de Arrendamento Mercantil		-	256.087
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.V	30.228.175	28.377.617
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos e Câmbio		(3.543.269)	(4.245.507)
Resultado das Aplicações Compulsórias		5.092.442	5.112.850
Despesas da Intermediação Financeira		(59.940.070)	(62.175.852)
Operações de Captação no Mercado	16.c	(45.938.681)	(45.783.807)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(2.935.973)	(2.939.270)
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(64.210)	(143.612)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(11.001.206)	(13.309.163)
Variações Cambiais (Líquidas)	27	4.360.059	4.600.601
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		12.920.879	18.389.616
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(5.501.689)	(8.289.621)
Receitas de Prestação de Serviços	23	6.466.192	8.200.835
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.390.016	2.748.236
Despesas de Pessoal	24	(3.374.337)	(4.878.780)
Outras Despesas Administrativas	25	(7.473.611)	(6.726.288)
Despesas Tributárias		(2.261.029)	(3.080.275)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	3.730.957	156.299
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(4.979.877)	(4.709.648)
Resultado Operacional		7.419.190	10.099.995
Resultado não Operacional	28	78.825	100.610
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	10.d	7.498.015	10.200.605
Imposto de Renda e Contribuição Social		837.761	(1.251.799)
Provisão para Imposto de Renda		(40.731)	(1.409.272)
Provisão para Contribuição Social		(67.572)	(765.329)
Ativo Fiscal Diferido		946.064	922.802
Participações no Lucro		(983.907)	(1.400.392)
Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	(176.758)
Lucro Líquido		7.351.869	7.371.656
Número de Ações (Mil)	21.a	7.498.531	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		980,44	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido	7.351.869	7.371.656
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	859.740	856.854
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	1.209.298	1.206.412
Próprios	2.428.368	2.435.243
De Ligada	13.718	-
Impostos	(1.232.788)	(1.228.831)
Hedge de Fluxo de Caixa	(349.558)	(349.558)
Próprios	(666.555)	(666.555)
Impostos	316.997	316.997
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	894.330	894.330
Plano de Benefícios	894.330	894.330
Próprios	1.666.974	1.666.974
Impostos	(772.644)	(772.644)
Resultado Abrangente do Período	9.105.939	9.122.840
Atribuível à controladora		8.946.082
Atribuível aos Acionistas Minoritários		176.758
Total		9.122.840

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco

	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total	
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva para Equalização de Dividendos		Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(1.964.672)	(474.571)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.105.019
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)						1.059.000			(3.248.923)		(2.189.923)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(905.672)	(474.571)	(4.274.280)	(3.248.923)	(884.707)	87.915.096
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	-	-	894.330	(1.186.629)	-	(292.299)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	161.884	161.884
Resultado com Ações em Tesouraria		-	(22.220)	-	-	-	-	-	-	-	(22.220)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(99.655)	-	-	-	-	-	-	-	(99.655)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(212.978)	13.718	-	-	-	(199.260)
Dividendos Prescritos		-	-	-	25.510	-	-	-	-	-	25.510
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.351.869	-	7.351.869
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	367.593	-	-	-	-	(367.593)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	(449.892)	-	-	-	449.892	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-	-	1.385	-	1.385
Saldos em 30 de junho de 2025		65.000.000	514.295	7.351.151	24.659.139	(1.118.650)	(460.853)	(3.379.950)	-	(722.823)	91.842.310
Mutações no Semestre		-	(121.875)	367.593	(424.382)	846.022	13.718	894.330	-	161.884	1.737.291

(1) Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado

	Reservas de Lucros					Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros	(-) Ações em Tesouraria	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido		
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Patrimonial						
												de Avaliação	Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	642.915	7.021.321	25.432.186	(2.193.477)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.743.958	1.249.939	91.993.897	
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)						1.059.000		(3.248.923)		(2.189.923)		(2.189.923)	
Saldos em 1 de janeiro de 2025		65.000.000	642.915	7.021.321	25.432.186	(1.134.477)	(4.274.280)	(3.248.923)	(884.707)	88.554.035	1.249.939	89.803.974	
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	-	894.330	(1.186.631)	-	(292.301)	-	(292.301)	
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	161.884	161.884	-	161.884	
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(22.220)	-	-	-	-	-	-	(22.220)	-	(22.220)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(106.400)	-	-	-	-	-	-	(106.400)	-	(106.400)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(202.146)	-	-	-	(202.146)	-	(202.146)	
Dividendos Prescritos		-	-	-	25.540	-	-	-	-	25.540	-	25.540	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	7.371.656	-	7.371.656	-	7.371.656	
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	368.583	-	-	-	(368.583)	-	-	-	-	
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)		(3.000.000)	-	(3.000.000)	
Lucro não Realizado		-	-	-	-	-	-	(32.285)	-	(32.285)	-	(32.285)	
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	(463.382)	-	-	463.382	-	-	-	-	
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176.758	176.758	
Outros		-	-	-	-	-	-	1.385	-	1.385	456.426	457.811	
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	586.117	586.117	
Outros		-	-	-	-	-	-	1.385	-	1.385	(129.691)	(128.306)	
Saldos em 30 de junho de 2025		65.000.000	514.295	7.389.904	24.994.345	(1.336.623)	(3.379.951)	-	(722.823)	92.459.147	1.883.123	94.342.270	
Mutações no Semestre		-	(128.620)	368.583	(437.841)	856.854	894.329	-	161.884	1.715.189	633.184	2.348.373	

(1) Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

		Banco	Consolidado
	Notas	01/01 a	01/01 a
	Explicativas	30/06/2025	30/06/2025
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		7.351.869	7.371.656
Ajustes ao Lucro Líquido		2.924.633	7.926.964
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		11.001.206	13.309.163
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	2.042.344	2.306.565
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	245.762	257.102
Tributos Diferidos		(2.349.568)	(3.625.059)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(3.730.957)	(156.299)
Depreciações e Amortizações	25	1.564.406	1.696.019
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(2.037)	(20.306)
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(99.308)	(113.002)
Resultado de Investimentos	28	(1.093)	(1.093)
Atualização de Depósitos Judiciais		(295.454)	(376.070)
Resultado em Garantias Financeiras Prestadas		(625.323)	(625.323)
Atualização de Impostos a Compensar		(141.625)	(217.771)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.437)	(1.437)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(4.660.063)	(4.660.063)
Outros		(22.220)	154.538
Variações em Ativos e Passivos		21.303.231	9.346.349
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(18.397.989)	(6.809.375)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(214.413)	5.451.458
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(94.413)	(459.507)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		620.908	668.008
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(3.837.960)	(3.829.195)
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		136.017.044	134.977.053
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(646.289)	(690.694)
Redução (aumento) em Outros Ativos		14.956.963	(7.571.087)
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(810.097)	(1.202.148)
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		2.568.529	2.477.646
Aumento (redução) em Depósitos		(8.563.976)	(7.782.716)
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		14.561.380	6.982.203
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		4.744.286	4.874.517
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(124.277.840)	(120.954.426)
Aumento (redução) em Outros Passivos		4.720.639	3.140.823
Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		(43.541)	2.119.308
Imposto Pago		—	(2.045.519)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		31.579.733	24.644.969
Atividades de Investimento			
Redução (aumento) de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		—	(7.500)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(289.946)	(300.679)
Aplicações no Intangível		(712.954)	(804.594)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		1.418.354	1.837.089
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		361.903	403.148
Alienação de Imobilizado de Uso		132.462	152.378
Alienações no Intangível		—	706.481
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		909.819	1.986.323
Atividades de Financiamento			
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	21.d	161.884	161.884
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		71.612.727	74.310.876
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(84.059.241)	(78.587.807)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(471.727)	(471.727)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(2.565.244)	(3.876.672)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		—	586.118
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(15.321.601)	(7.877.328)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		1.437	1.437
Aumento (redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		17.169.388	18.755.401
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		71.125.771	68.495.707
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	88.295.159	87.251.108

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2025		01/01 a 30/06/2025	
Receitas da Intermediação Financeira		68.500.890		75.964.867	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	8.856.208		10.949.071	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(11.001.206)		(13.309.163)	
Outras Receitas e Despesas		(4.901.052)		(4.609.038)	
Despesas da Intermediação Financeira		(48.055.523)		(47.892.345)	
Variações Cambiais (Líquidas)	27	4.360.059		4.600.601	
Insumos de Terceiros		(5.602.939)		(4.715.567)	
Material, Energia e Outros		(128.619)		(137.557)	
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	25	(2.261.763)		(1.861.316)	
Outros		(3.212.557)		(2.716.694)	
Valor Adicionado Bruto		12.156.437		20.988.426	
Retenções					
Depreciações e Amortizações	25	(1.564.406)		(1.696.019)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		10.592.031		19.292.407	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	3.730.957		156.299	
Valor Adicionado Total a Distribuir		14.322.988		19.448.706	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		3.904.821	27,3 %	5.585.079	28,7 %
Remuneração	24	2.043.595		2.851.663	
Benefícios	24	563.522		883.316	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		183.375		283.593	
Outras		1.114.329		1.566.507	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.760.032	19,3 %	6.000.511	30,9 %
Federais		2.360.108		5.475.261	
Estaduais		227		232	
Municipais		399.697		525.018	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25	306.266	2,1 %	314.702	1,6 %
Remuneração de Capitais Próprios		7.351.869	51,3 %	7.548.414	38,8 %
Dividendos		-		-	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	3.000.000		3.000.000	
Reinvestimentos de Lucros		4.351.869		4.725.172	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-		(176.758)	
Total		14.322.988	100,0 %	19.448.706	100,0 %

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Banco Santander em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4966/21 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2025, na reunião realizada em 29 de julho de 2025.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, serão divulgadas, em 30 de julho de 2025, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Adoção de novas normas

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco, entrarão em vigor a partir de ou após 1º de janeiro de 2026.

I - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

II - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (*Hedge Accounting* e *Renegociação e Reestruturação*)

Os principais impactos (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas foram:

1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021:

I - De "Disponível para Venda" para "Custo Amortizado": O Banco Santander realizou um aumento bruto de R\$ 1.925 milhões no valor dos ativos em contrapartida do Patrimônio Líquido oriundo da reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados.

A decisão levou em consideração um novo modelo de negócio de Gestão Financeira, e a Administração concluiu que a classificação contábil que mais reflete o objetivo desse modelo de negócio é o Custo Amortizado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Efeitos da adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco Santander realizou um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 5.635 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 15% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), incluindo provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.

III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso.

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 3.249 milhões, após os efeitos tributários.

3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento, as perdas incorridas em valor superior ao lucro real não podem ser deduzidas no ano de 2025.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irreatável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na **Nota 10.b.2**.

Hedge Accounting

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa;
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, suas controladas, e suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a *Hedge* de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Principais Políticas Contábeis

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco não relacionadas à adoção da resolução 4.966/2021, cujas práticas contábeis adotadas pelo Banco, impactadas pelas novas resoluções, estão descritas abaixo.

a) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A adoção da referida normativa foi aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção inicial foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021

Foram registrados os efeitos da adoção inicial na classificação dos ativos financeiros por categoria, conforme art.4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, de "Disponíveis para Venda" para "Custo Amortizado", conforme descrito na **Nota 6**.

Adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito (art.40 da Resolução CMN nº 4.966/2021)

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido, conforme descrito na **Nota 9**.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Custo Amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(VII) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Banco Santander, para o cálculo da taxa de juros efetiva, são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

(VIII) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 — de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 — considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

Estágio 1:

Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Santander reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2:

Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estágio 3:

Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Para medir individualmente as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de as perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(X) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria “valor justo valor através de outros resultados abrangentes”, bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probabilidade de inadimplência), LGD (Perda dada inadimplência) e EAD (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco Santander tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Dados os estudos feitos pelo Banco Santander, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 270 dias após a marcação do ativo como problemático.

(XIII) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo (fair value), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro: As operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) devem ser registradas de forma segregada por natureza (própria ou de clientes) e respeitar o princípio da competência, refletindo o real valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco Santander utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco Santander utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

c) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei 9.430/96 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuarão a ter efeitos na Demonstração Financeira do Banco, dado que empresas de outros ramos também compõem o consolidado. As alterações entre a Lei nº 14.467/22 e a Lei 9.430/96 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir as desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

- i. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
- ii. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:
 - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
 - Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
 - Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo.

Recuperação de Créditos: Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto ao estoque de ativo fiscal diferido decorrente das perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da lei, esses devem ser compensados na proporção de 1/84 ou 1/120 para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. O Banco Santander avaliará no decorrer de 2025 a proporção a ser aplicada. Os detalhes sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

d) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

e) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

g) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

h) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

i) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

j) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

j.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

j.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de Benefício Definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na **Nota 29**. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (**Nota 29**) e despesas de pessoal (**Nota 24**).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (**Nota 16**).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na **Nota 16**.

n) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas na **Nota 20.e** e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na **Nota 10.b.2**, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

q) Juros sobre o Capital Próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na **Nota 30.h**

t) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	8.606.567	8.625.589
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	79.688.592	78.625.519
Aplicações no Mercado Aberto	59.637.693	59.637.693
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.271.197	2.208.124
Aplicações em Moedas Estrangeiras	16.779.702	16.779.702
Total	88.295.159	87.251.108

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco 30/06/2025				Consolidado 30/06/2025			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	35.317.395	-	85.834.251	121.151.646	40.368.972	1.064.082	486.068	41.919.122
Aplicações no Mercado Aberto	18.537.693	-	-	18.537.693	19.232.634	-	-	19.232.634
Posição Bancada	4.966.316	-	-	4.966.316	5.661.258	-	-	5.661.258
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.700.000	-	-	1.700.000	1.895.796	-	-	1.895.796
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.140.000	-	-	3.140.000	3.148.389	-	-	3.148.389
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	126.316	-	-	126.316	617.073	-	-	617.073
Posição Financiada	13.571.377	-	-	13.571.377	13.571.376	-	-	13.571.376
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.170.285	-	-	1.170.285	1.170.285	-	-	1.170.285
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.052.263	-	-	9.052.263	9.052.262	-	-	9.052.262
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.348.829	-	-	3.348.829	3.348.829	-	-	3.348.829
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	85.834.251	85.834.251	4.356.636	1.064.082	486.068	5.906.786
Aplicações em Moeda Estrangeira	16.779.702	-	-	16.779.702	16.779.702	-	-	16.779.702
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Através do Resultado	102.559.406	747.054	-	103.306.460	102.559.406	747.054	-	103.306.460
Aplicações no Mercado Aberto	102.559.406	747.054	-	103.306.460	102.559.406	747.054	-	103.306.460
Posição Bancada	662.624	-	-	662.624	662.624	-	-	662.624
Notas do Tesouro Nacional - NTN	662.624	-	-	662.624	662.624	-	-	662.624
Posição Financiada	58.704.788	747.054	-	59.451.842	58.704.788	747.054	-	59.451.842
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.440.407	-	-	27.440.407	27.440.407	-	-	27.440.407
Notas do Tesouro Nacional - NTN	17.847.958	747.054	-	18.595.012	17.847.958	747.054	-	18.595.012
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.416.423	-	-	13.416.423	13.416.423	-	-	13.416.423
Posição Vendida	43.191.994	-	-	43.191.994	43.191.994	-	-	43.191.994
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.980.120	-	-	21.980.120	21.980.120	-	-	21.980.120
Notas do Tesouro Nacional - NTN	21.211.874	-	-	21.211.874	21.211.874	-	-	21.211.874
Total	137.876.801	747.054	85.834.251	224.458.106	142.928.378	1.811.136	486.068	145.225.582

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

l) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco			Consolidado				
	30/06/2025			30/06/2025				
	Ajuste ao Valor de Mercado			Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do Custo		Patrimônio	Valor do Custo		Patrimônio		
	Amortizado	Resultado	Líquido	Valor Contábil	Amortizado	Resultado	Líquido	Valor Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	99.872.417	(1.007.360)	-	98.865.057	93.283.776	(1.200.414)	-	92.083.362
Títulos Públicos	71.631.719	(378.608)	-	71.253.111	76.157.864	(367.314)	-	75.790.550
Títulos Privados	28.240.698	(628.752)	-	27.611.946	17.125.912	(833.100)	-	16.292.812
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	63.503.504	(724.678)	(1.420.861)	61.357.965	73.384.056	(724.678)	(2.294.532)	70.364.846
Títulos Públicos	63.503.504	(724.678)	(1.420.861)	61.357.965	73.384.056	(724.678)	(2.294.532)	70.364.846
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	110.309.626	109.086	-	110.418.712	120.480.576	109.086	-	120.589.662
Títulos Públicos	50.860.332	119.474	-	50.979.806	50.861.351	119.474	-	50.980.825
Títulos Privados	59.449.294	(10.388)	-	59.438.906	69.619.225	(10.388)	-	69.608.837
Total de Títulos e Valores Mobiliários	273.685.547	(1.622.952)	(1.420.861)	270.641.734	287.148.408	(1.816.006)	(2.294.532)	283.037.870

Em 30 de junho de 2025, o efeito no patrimônio líquido consolidado referente à classificação de categorias de instrumentos financeiros em função da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi um montante positivo de R\$ 1.925 milhões sendo R\$ 1.059 milhões líquido dos efeitos tributários. A classificação envolveu a transferência de instrumentos financeiros classificados como "Títulos Disponíveis para Venda" para Custo Amortizado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	30/06/2025		Abertura por Vencimento						Banco 30/06/2025
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	71.631.719	(378.608)	71.253.111	-	9.027.733	4.096.955	12.194.888	45.933.535	71.253.111
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.551.803	2.821	16.554.624	-	4.740.814	2.277.670	3.194.032	6.342.108	16.554.624
Notas do Tesouro Nacional - NTN	44.850.535	(476.715)	44.373.820	-	53.915	425.633	7.022.260	36.872.012	44.373.820
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.625.829	95.268	9.721.097	-	3.632.745	1.392.148	1.976.789	2.719.415	9.721.097
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.229	(49)	3.180	-	215	1.504	1.461	-	3.180
Títulos da Dívida Externa Brasileira	305	41	346	-	-	-	346	-	346
Títulos da Dívida Estrangeiros	600.018	26	600.044	-	600.044	-	-	-	600.044
Títulos Privados	28.240.698	(628.752)	27.611.946	2.002.048	8.655	12.446.989	3.013.680	10.140.574	27.611.946
Ações	1.037.309	(508.345)	528.964	528.964	-	-	-	-	528.964
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	58.986	(1.938)	57.048	-	1.667	3.216	170	51.995	57.048
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	120.660	(4.408)	116.252	-	217	444	1.311	114.280	116.252
Cotas de Fundos de Investimento	13.870.966	40.034	13.911.000	1.473.084	-	12.437.916	-	-	13.911.000
Debêntures	13.152.777	(154.095)	12.998.682	-	6.771	5.413	3.012.199	9.974.299	12.998.682
Total	99.872.417	(1.007.360)	98.865.057	2.002.048	9.036.388	16.543.944	15.208.568	56.074.109	98.865.057

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

									Consolidado
30/06/2025					Abertura por Vencimento				30/06/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	76.157.864	(367.314)	75.790.550	-	9.027.732	4.578.956	14.498.130	47.685.732	75.790.550
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.058.340	114.249	18.172.589	-	4.740.814	2.277.671	4.799.975	6.354.129	18.172.589
Notas do Tesouro Nacional - NTN	46.792.488	(678.492)	46.113.996	-	53.915	425.633	7.022.260	38.612.188	46.113.996
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.703.484	196.911	10.900.395	-	3.632.744	1.874.148	2.674.088	2.719.415	10.900.395
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.229	(49)	3.180	-	215	1.504	1.461	-	3.180
Títulos da Dívida Externa Brasileira	305	41	346	-	-	-	346	-	346
Títulos da Dívida Estrangeira	600.018	26	600.044	-	600.044	-	-	-	600.044
Títulos Privados	17.125.912	(833.100)	16.292.812	2.792.835	8.850	11.038	3.057.334	10.422.755	16.292.812
Ações	1.844.532	(570.827)	1.273.705	1.273.705	-	-	-	-	1.273.705
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	45.141	-	45.141	-	15	1.056	43.355	715	45.141
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	59.757	(1.938)	57.819	-	1.667	3.216	171	52.765	57.819
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	120.862	(4.408)	116.454	-	217	444	1.311	114.482	116.454
Cotas de Fundos de Investimento	1.575.121	33.629	1.608.750	1.519.130	-	630	-	88.990	1.608.750
Letras Financeiras - LF	1.063	-	1.063	-	180	279	298	306	1.063
Debêntures	13.479.436	(289.556)	13.189.880	-	6.771	5.413	3.012.199	10.165.497	13.189.880
Total	93.283.776	(1.200.414)	92.083.362	2.792.835	9.036.582	4.589.994	17.555.464	58.108.487	92.083.362

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

										Banco
										30/06/2025
										Abertura por Vencimento
Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido							
Títulos Públicos	63.503.504	(724.678)	(1.420.861)	61.357.965	-	3.643.003	10.402.688	14.294.564	33.017.710	61.357.965
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	35.616.802	-	76.009	35.692.811	-	3.643.003	8.448.417	14.294.564	9.306.827	35.692.811
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.769.242	(1.361)	63.720	8.831.601	-	-	1.954.271	-	6.877.330	8.831.601
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.117.449	(723.317)	(1.560.579)	16.833.553	-	-	-	-	16.833.553	16.833.553
Total	63.503.504	(724.678)	(1.420.861)	61.357.965	-	3.643.003	10.402.688	14.294.564	33.017.710	61.357.965

										Consolidado
										30/06/2025
										Abertura por Vencimento
Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido							
Títulos Públicos	73.384.056	(724.678)	(2.294.532)	70.364.846	-	4.114.528	10.954.483	19.349.250	35.946.585	70.364.846
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	42.529.591	-	81.227	42.610.818	-	4.114.528	9.000.212	19.239.542	10.256.535	42.610.817
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.769.242	(1.361)	63.720	8.831.601	-	-	1.954.271	-	6.877.330	8.831.601
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.085.212	(723.317)	(2.439.468)	18.922.427	-	-	-	109.708	18.812.720	18.922.428
Total	73.384.056	(724.678)	(2.294.532)	70.364.846	-	4.114.528	10.954.483	19.349.250	35.946.585	70.364.846

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abertura por vencimento									Banco 30/06/2025
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (2)	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	30/06/2025		30/06/2025						
Títulos Públicos	50.860.332	119.474	50.979.806	-	-	943.872	23.317.835	26.718.099	50.979.806
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.190.127	119.474	23.309.599	-	-	-	23.309.599	-	23.309.599
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.449.398	-	1.449.398	-	-	-	-	1.449.398	1.449.398
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	8.234	-	8.236	-	-	-	8.236	-	8.236
Títulos da Dívida Estrangeira	26.212.573	-	26.212.573	-	-	943.872	-	25.268.701	26.212.573
Títulos Privados	59.449.294	(10.388)	59.438.906	-	3.870.322	9.798.528	21.980.667	23.789.389	59.438.906
Debêntures	22.657.869	(10.388)	22.647.481	-	492.775	1.357.753	7.378.581	13.418.372	22.647.481
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	646.652	-	646.652	-	-	1.652	277.256	367.744	646.652
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	71.932	-	71.932	-	-	-	30.575	41.357	71.932
Cédula de Produto Rural - CPR	25.896.674	-	25.896.674	-	2.804.418	6.672.371	9.287.551	7.132.334	25.896.674
Eurobonds	235.556	-	235.556	-	-	-	24.950	210.606	235.556
Notas Promissórias - NP	7.109.229	-	7.109.229	-	511.616	1.652.949	3.524.801	1.419.863	7.109.229
Notas Comerciais	2.831.382	-	2.831.382	-	61.513	113.803	1.456.953	1.199.113	2.831.382
Total	110.309.626	109.086	110.418.712	-	3.870.322	10.742.400	45.298.502	50.507.488	110.418.712

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura por vencimento									Consolidado
									30/06/2025
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (2)	Valor Contábil						
	Amortizado			Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	30/6/2025		30/6/2025						
Títulos Públicos	50.861.351	119.474	50.980.825	—	—	943.872	23.317.833	26.719.120	50.980.825
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.190.125	119.474	23.309.599	—	—	—	23.309.599	—	23.309.599
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.449.398	—	1.449.398	—	—	—	—	1.449.398	1.449.398
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	8.234	—	8.234	—	—	—	8.234	—	8.234
Títulos da Dívida Estrangeira	26.212.575	—	26.212.575	—	—	943.872	—	25.268.703	26.212.575
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.019	—	1.019	—	—	—	—	1.019	1.019
Títulos Privados	69.619.225	(10.388)	69.608.837	—	3.870.323	9.821.403	22.359.578	33.557.533	69.608.837
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	149.012	—	149.012	—	—	—	30.575	118.437	149.012
Cédula de Produto Rural - CPR	25.896.674	—	25.896.674	—	2.804.419	6.672.371	9.287.551	7.132.333	25.896.674
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	646.652	—	646.652	—	—	1.652	277.256	367.744	646.652
Debêntures	32.005.312	(10.388)	31.994.924	—	492.775	1.357.753	7.403.595	22.740.801	31.994.924
Eurobonds	235.556	—	235.556	—	—	—	24.950	210.606	235.556
Notas Comerciais	3.576.790	—	3.576.790	—	61.513	136.678	1.810.850	1.567.749	3.576.790
Notas Promissórias - NP	7.109.229	—	7.109.229	—	511.616	1.652.949	3.524.801	1.419.863	7.109.229
Total	120.480.576	109.086	120.589.662	—	3.870.323	10.765.275	45.677.411	60.276.653	120.589.662

(1) O valor de mercado dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é de R\$ 118.776.
(2) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	17.434.682	21.002.826
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.428.269	5.912.820
Resultado de Títulos de Renda Variável	(802.730)	(936.530)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	11.254
Provisão para Perdas por não Recuperação (1)	114.938	114.938
Outras (2)	1.053.016	2.272.309
Total	30.228.175	28.377.617

(1) Corresponde ao registro de reversões ou perdas de caráter permanente, referente aos títulos classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

(2) Inclui valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 109.359 no Banco e no Consolidado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco 30/06/2025		Consolidado 30/06/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	17.678.173	17.353.674	11.038.761	12.598.441
Opções	6.044.548	6.069.069	4.814.276	4.392.136
Contratos a Termo e Outros	20.349.158	16.640.620	19.890.610	15.869.397
Total	44.071.879	40.063.363	35.743.647	32.859.974
Circulante	25.880.210	22.285.458	24.499.235	20.616.707
Não Circulante	18.191.669	17.777.905	11.244.412	12.243.267

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco 30/06/2025				Consolidado 30/06/2025	
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	1.361.997.566	(4.726.116)	324.499	1.101.972.760	(8.171.499)	(1.559.680)
Ativo	678.635.724	15.852.132	17.678.173	546.900.630	7.855.947	11.038.761
Juros	325.156.059	9.778.049	9.190.711	249.209.138	3.975.282	4.859.598
Moeda Estrangeira	348.923.809	5.553.492	8.330.406	297.691.492	3.880.665	6.179.163
Outros	4.555.856	520.591	157.056	-	-	-
Passivo	683.361.842	(20.578.248)	(17.353.674)	555.072.130	(16.027.446)	(12.598.441)
Juros	430.798.895	(15.286.313)	(11.946.608)	385.514.267	(14.391.256)	(10.690.315)
Moeda Estrangeira	250.491.557	(5.178.653)	(5.289.214)	168.547.797	(1.522.979)	(1.790.276)
Outros	2.071.390	(113.282)	(117.852)	1.010.066	(113.211)	(117.850)
Opções	1.071.064.827	(3.115.021)	(24.521)	1.024.042.680	(1.778.631)	422.140
Compromissos de Compra	492.723.079	5.698.099	6.044.548	474.655.775	3.629.974	4.814.276
Opções de Compra Moeda Estrangeira	29.671.836	3.663.399	3.138.542	19.520.477	1.734.384	1.569.183
Opções de Venda Moeda Estrangeira	22.301.463	724.135	837.616	14.385.518	585.025	654.682
Opções de Compra Outras	42.188.279	803.357	1.949.838	42.188.279	803.357	2.471.859

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras		Notas Explicativas		Declarações dos Diretores	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.							
Mercado Interfinanceiro		4.897.305	455.110	1.046.741	4.897.305	455.110	1.568.762
Outras (2)		37.290.974	348.247	903.097	37.290.974	348.247	903.097
Opções de Venda Outras		398.561.501	507.208	118.552	398.561.501	507.208	118.552
Mercado Interfinanceiro		172.039	95.066	65.576	172.039	95.066	65.576
Outras (2)		398.389.462	412.142	52.976	398.389.462	412.142	52.976
Compromissos de Venda		578.341.748	(8.813.120)	(6.069.069)	549.386.905	(5.408.605)	(4.392.136)
Opções de Compra Moeda Estrangeira		36.081.086	(2.936.847)	(2.434.870)	14.720.555	(1.061.789)	(745.350)
Opções de Venda Moeda Estrangeira		15.136.228	(857.804)	(859.354)	13.863.639	(618.624)	(685.133)
Opções de Compra Outras		115.338.134	(4.147.223)	(2.305.146)	110.781.783	(3.067.044)	(2.405.496)
Mercado Interfinanceiro		27.482.412	(3.283.467)	(1.494.670)	22.926.061	(2.203.288)	(1.595.020)
Outras (2)		87.855.722	(863.756)	(810.476)	87.855.722	(863.756)	(810.476)
Opções de Venda Outras		411.786.300	(871.246)	(469.699)	410.020.928	(661.148)	(556.157)
Mercado Interfinanceiro		3.289.020	(385.835)	19.085	1.523.648	(175.737)	(67.373)
Outras (2)		408.497.280	(485.411)	(488.784)	408.497.280	(485.411)	(488.784)
Contratos de Futuros		51.620.347	(137.522)	-	45.555.492	(137.522)	-
Posição Comprada		29.893.842	-	-	23.828.987	-	-
Cupom Cambial (DDI)	(1)	-	-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira		24.862.397	-	-	23.828.987	-	-
Índice (3)		5.031.446	-	-	-	-	-
Posição Vendida		21.726.505	(137.522)	-	21.726.505	(137.522)	-
Moeda Estrangeira		21.726.505	(137.522)	-	21.726.505	(137.522)	-
Contratos a Termo e Outros		408.228.875	2.867.174	3.708.538	375.980.774	3.445.172	4.021.213
Compromissos de Compra		205.548.025	6.919.981	20.349.158	189.712.973	6.414.509	19.890.610
Moedas		160.675.050	6.205.169	7.571.751	151.621.099	6.163.228	7.496.422
Outros		44.872.975	714.812	12.777.407	38.091.874	251.281	12.394.188
Compromissos de Venda		202.680.850	(4.052.807)	(16.640.620)	186.267.801	(2.969.337)	(15.869.397)
Moedas		157.313.854	(2.843.974)	(3.618.045)	147.726.399	(2.268.528)	(3.231.490)
Outros		45.366.996	(1.208.833)	(13.022.575)	38.541.402	(700.809)	(12.637.907)

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

Banco

Valor Referencial

Relatório da	Relatório dos Auditores			Demonstrações		Notas Explicativas		Declarações dos	
Administração	Independentes			Financeiras				Diretores	
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>									
							Abertura por		Mer
Contraparte							Vencimento		Neg
30/06/2025							30/06/2025		30/0
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Ba
Swap	227.624.233	990.041.344	144.331.989	1.361.997.566	92.682.668	286.701.739	982.613.159	123.355.111	1.238.
Opções	57.791.030	61.777.446	951.496.351	1.071.064.827	702.426.773	232.572.053	136.066.001	900.548.535	170.
Contratos de Futuros	1.743.104	8.564.208	41.313.035	51.620.347	12.156.268	26.641.579	12.822.500	33.933.281	17.
Contratos a Termo e Outros	120.748.245	208.083.913	79.396.717	408.228.875	120.870.331	138.207.317	149.151.227	33.704.106	374.
							Abertura por		Cons
Contraparte							Vencimento		Valor Ref
30/06/2025							30/06/2025		Mer
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Ba
Swap	227.624.233	715.543.736	158.804.791	1.101.972.760	91.094.347	224.126.379	786.752.034	99.340.594	1.002.
Opções	57.791.031	14.755.298	951.496.351	1.024.042.680	702.426.774	229.781.075	91.834.831	900.548.536	123.
Contratos de Futuros	1.743.105	2.499.352	41.313.035	45.555.492	12.156.269	24.720.680	8.678.543	33.933.282	11.
Contratos a Termo e Outros	120.748.245	175.835.812	79.396.717	375.980.774	117.327.349	130.601.221	128.052.204	33.704.106	342.
(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.									
(2) Inclui valores negociados na B3.									
(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.									

IV) Hedge Contábil

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*,
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de *hedge*) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de *hedge*).

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de *hedge*), utiliza-se como instrumento de *hedge* contratos futuros ou *swaps* de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2025, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						Banco 30/06/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Hedge de Risco de Mercado						
Contratos de Swap	642.688	645.495	607.272	628.926	35.416	16.569
Hedge de Operações de Crédito	128.449	135.546	109.142	130.796	19.307	4.750
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.239	509.949	498.130	498.130	16.109	11.819
Contratos de Futuros	51.247.486	52.791.553	50.504.389	52.043.671	743.097	747.882
Hedge de Operações de Crédito	5.669.489	5.871.040	5.504.047	5.702.321	165.442	168.719
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	36.350.643	37.452.044	36.229.297	37.333.232	121.346	118.812
Hedge de Captações	9.227.354	9.468.469	8.771.045	9.008.118	456.309	460.351
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Futuros	77.597.064	78.290.125	78.335.860	78.997.700	(738.796)	(707.575)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	8.391.164	8.700.382	8.813.160	9.115.000	(421.996)	(414.618)
Hedge de Captações	69.205.900	69.589.743	69.522.700	69.882.700	(316.800)	(292.957)

						Consolidado 30/06/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Hedge de Risco de Mercado						
Contratos de Swap	642.688	645.495	607.272	628.926	35.416	16.569
Hedge de Operações de Crédito	128.449	135.546	109.142	130.796	19.307	4.750
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.239	509.949	498.130	498.130	16.109	11.819
Contratos de Futuros	51.247.486	52.791.553	50.504.389	52.043.671	743.097	747.882
Hedge de Operações de Crédito	5.669.489	5.871.040	5.504.047	5.702.321	165.442	168.719
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	36.350.643	37.452.044	36.229.297	37.333.232	121.346	118.812
Hedge de Captações	9.227.354	9.468.469	8.771.045	9.008.118	456.309	460.351
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Swap	5.965.985	8.316.525	5.923.700	8.236.888	42.285	79.637
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.965.985	8.316.525	5.923.700	8.236.888	42.285	79.637
Contratos de Futuros	77.597.064	78.290.125	78.335.860	78.997.700	(738.796)	(707.575)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	8.391.164	8.700.382	8.813.160	9.115.000	(421.996)	(414.618)
Hedge de Captações	69.205.900	69.589.743	69.522.700	69.882.700	(316.800)	(292.957)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco				Consolidado			
	30/06/2025				30/06/2025			
Estratégias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Hedge de Risco de Mercado								
<i>Contratos de Swap</i>	-	130.796	498.130	628.926	-	130.796	498.130	628.926
Hedge de Operações de Crédito	-	130.796	-	130.796	-	130.796	-	130.796
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	-	-	498.130	498.130
<i>Contratos de Futuros</i>	5.218.001	13.356.200	33.469.471	52.043.674	5.218.002	13.356.200	33.469.471	52.043.675
Hedge de Operações de Crédito	1.460.936	3.739.466	501.920	5.702.323	1.460.936	3.739.466	501.920	5.702.323
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.337.449	5.983.027	29.012.756	37.333.232	2.337.449	5.983.027	29.012.756	37.333.232
Hedge de Captações	1.419.616	3.633.707	3.954.795	9.008.119	1.419.617	3.633.707	3.954.795	9.008.120
Hedge de Fluxo de Caixa								
<i>Contratos de Swap</i>	-	-	-	-	-	-	8.236.888	8.236.888
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	8.236.888	8.236.888
<i>Contratos de Futuros</i>	10.355.000	9.540.000	59.102.700	78.997.700	10.355.000	9.540.000	59.102.700	78.997.700
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	6.715.000	2.400.000	9.115.000	-	6.715.000	2.400.000	9.115.000
Hedge de Captações	10.355.000	2.825.000	56.702.700	69.882.700	10.355.000	2.825.000	56.702.700	69.882.700

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco/Consolidado	
	Valor Nominal	
	30/06/2025	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	-	6.386.872
Total	-	6.386.872

	30/06/2025	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	6.386.872	6.386.872
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	6.386.872	6.386.872
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	6.386.872	6.386.872

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.776.978	21.821.054
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.115.959	9.295.257
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.915.764	5.091.058
Total	26.808.701	36.207.369

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Outros Ativos Financeiros**a) Outros Ativos Financeiros**

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	2.907.833	10.265.332
Relações Interfinanceiras	124.502.764	124.908.855
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	1.761.697	1.761.697
Total	129.172.294	136.935.884
Circulante	127.356.827	130.279.768
Não Circulante	1.815.467	6.656.116

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.426.656	9.393.653
Caixas de Registro e Liquidação	3.199	45.187
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	96.116	407.534
Bolsas - Depósitos em Garantia	312.210	312.210
Outros	69.652	106.748
Total	2.907.833	10.265.332
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	3.000.495	8.403.796
Credores - Conta Liquidações Pendentes	31.353	522.434
Credores por Empréstimos de Ações	-	1.397.460
Caixas de Registro e Liquidação	-	104.839
Comissões e Corretagens a Pagar	4.553	6.690
Outros	550.570	550.679
Total	3.586.971	10.985.898

8. Carteira de Créditos**a) Carteira de Créditos**

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Operações de Crédito	356.938.989	447.218.171
Empréstimos e Títulos Descontados	224.311.646	226.703.438
Financiamentos	43.158.816	131.046.207
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.402.296	22.402.296
Financiamentos Imobiliários	67.066.231	67.066.230
Operações de Arrendamento Mercantil	-	3.279.984
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 11).	6.717.324	6.717.324
Outros Créditos	74.364.702	82.080.718
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	1.761.697	1.761.697
Outros Créditos Diversos (1)	72.603.005	80.319.021
Total (2)	438.021.015	539.296.197

(1) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).

(2) Inclui as receitas e as despesas relativas aos custos de transação dos instrumentos financeiros utilizando a taxa de juros efetiva ou taxa de juros contratual em conformidade com BCB nº 352 Art.90, nos montantes de R\$ 103 milhões e R\$ 345 milhões no Banco e no Consolidado, respectivamente.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, as cessões sem coobrigação foram no montante de R\$ 6.538 milhões em Carteira de Prejuízo, auferindo uma receita de recuperação de R\$ 207.178. Esses montantes referiam-se majoritariamente a operações de empréstimos e títulos descontados com terceiros.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2025, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 18.572.

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimentos**b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Vencidas (1)	29.083.730	37.954.531
A vencer:		
Até 3 meses	21.156.639	21.804.237
De 3 a 12 meses	65.268.784	69.889.531
Acima de 12 meses	241.429.836	320.849.856
Total	356.938.989	450.498.155

(1) O saldo considera a totalidade das parcelas de contratos que apresentem ao menos uma parcela em atraso, ainda que as demais não estejam vencidas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Vencidas	1.845.013	1.960.423
A vencer:		
Até 3 meses	11.131.785	12.548.961
De 3 a 12 meses	65.934.543	71.215.539
Acima de 12 meses	2.170.685	3.073.119
Total	81.082.026	88.798.042

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Setor Privado	434.064.751	535.302.604
Indústria	74.210.077	76.194.986
Comércio	52.785.002	62.341.657
Instituições Financeiras	1.845.266	1.859.084
Serviços e Outros (1)	57.222.749	65.784.192
Pessoas Físicas	241.301.959	322.337.309
Cartão de Crédito	57.707.022	57.707.022
Crédito Imobiliário	64.790.584	64.790.584
Crédito Consignado	65.790.732	65.790.732
Financiamento e Leasing de Veículos	225.980	77.324.036
Outros (2)	52.787.641	56.724.935
Agricultura	6.699.698	6.785.376
Setor Público	3.956.264	3.993.593
Governos	3.956.264	3.993.593
Total	438.021.015	539.296.197

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Concentração de Crédito

	Consolidado 30/06/2025	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1) e Títulos e Valores Mobiliários (2)	Risco	%
Maior Devedor	8.239.943	1,2 %
10 Maiores	45.306.729	6,5 %
20 Maiores	66.305.122	9,6 %
50 Maiores	102.159.269	14,7 %
100 Maiores	133.317.481	19,2 %

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

a) Operações de Crédito ou com Característica de Concessão de Crédito

	30/06/2025				30/06/2025			
	Banco				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito e com características de concessão de crédito								
Operações de crédito (1)	5.294.099	3.203.070	19.919.499	28.416.668	8.160.391	3.636.717	23.360.953	35.158.061
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	9.251	3.971	9.941	23.163
Outros recebíveis (2)	1.084.452	620.555	898.182	2.603.189	1.171.314	624.073	1.117.114	2.912.501
Total Provisão de Crédito	6.378.551	3.823.625	20.817.681	31.019.857	9.340.956	4.264.761	24.488.008	38.093.725
Títulos e Valores Mobiliários	211.007	40.499	2.760.915	3.012.421	223.286	40.499	3.148.524	3.412.309
Outros Instrumentos Financeiros	5.645	-	154.094	159.739	5.645	-	154.094	159.739
Total	6.595.203	3.864.124	23.732.690	34.192.017	9.569.887	4.305.260	27.790.626	41.665.773
Exposição da Carteira de Crédito (3)	395.734.708	11.031.121	31.088.311	437.854.140	490.019.830	12.629.474	36.480.018	539.129.322
Exposição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (4)	53.109.943	1.850.909	4.478.054	59.438.906	63.279.874	1.850.909	4.478.054	69.608.837

- (1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.
- (2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.
- (3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 167 milhões, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.
- (4) Carteira composta por Títulos Privados mensurados a custo amortizado.

O saldo de provisão para perdas associadas ao risco de crédito de limites e avais em 30 de junho de 2025 é de R\$1.313 milhões no Banco e Consolidado (**Nota 18**).

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, registrados em lucros acumulados no patrimônio líquido do Banco e Consolidado foi de um incremento na provisão de R\$ 5.635 milhões (R\$ 3.249 milhões líquidos dos efeitos tributários).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Movimentação Entre Estágios da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Banco Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	7.219.299	1.615.004	(3.480.033)	(513.079)	844.058	698.947	-	6.384.196
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	162.950	65.183	(18.275)	(11.637)	5.568	7.218	-	211.007
Total	7.382.249	1.680.187	(3.498.308)	(524.716)	849.626	706.165	-	6.595.203

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	2.632.587	3.151.376	(844.058)	(4.998.711)	3.480.033	402.398	-	3.823.625
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	35.881	(6.494)	(5.568)	(9.448)	18.275	7.853	-	40.499
Total	2.668.468	3.144.882	(849.626)	(5.008.159)	3.498.308	410.251	-	3.864.124

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	22.287.125	6.803.142	(698.947)	(402.398)	513.079	4.998.711	(12.528.937)	20.971.775
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.673.433	81.468	(7.218)	(7.853)	11.637	9.448	-	2.760.915
Total	24.960.558	6.884.610	(706.165)	(410.251)	524.716	5.008.159	(12.528.937)	23.732.690

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução 4.966/21, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Consolidado Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	10.271.187	2.028.792	(4.377.940)	(697.266)	1.033.701	1.088.127	-	9.346.601
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	216.428	23.984	(18.275)	(11.637)	5.568	7.218	-	223.286
Total	10.487.615	2.052.776	(4.396.215)	(708.903)	1.039.269	1.095.345	-	9.569.887

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	2.794.888	3.234.318	(1.033.701)	(5.805.950)	4.377.940	697.266	-	4.264.761
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	44.980	(15.593)	(5.568)	(9.448)	18.275	7.853	-	40.499
Total	2.839.868	3.218.725	(1.039.269)	(5.815.398)	4.396.215	705.119	-	4.305.260

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	25.856.115	8.053.866	(1.088.127)	(697.266)	697.266	5.805.950	(13.985.702)	24.642.102
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	3.023.653	581.031	(7.218)	(7.853)	11.637	9.448	(462.174)	3.148.524
Total	28.879.768	8.634.897	(1.095.345)	(705.119)	708.903	5.815.398	(14.447.876)	27.790.626

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução 4.966/21, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Movimentação Entre Estágios da Carteira de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

Estágio 1	Movimentação das Carteiras						Write Off	Saldo final - 30/06/2025	Banco
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3			
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	412.489.399	(2.215.453)	(17.208.162)	(2.839.980)	3.890.837	1.618.067	-	395.734.708	
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	54.796.705	595.160	(2.035.438)	(432.995)	174.627	11.884	—	53.109.943	
Total	467.286.104	(1.620.293)	(19.243.600)	(3.272.975)	4.065.464	1.629.951	—	448.844.651	

Estágio 2	Movimentação das Carteiras						Write Off	Saldo final - 30/06/2025	
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3			
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.922.400	3.006.763	(3.890.837)	(11.896.431)	17.208.162	681.063	-	11.031.121	
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.214.347	(2.995.499)	(174.627)	(245.898)	2.035.438	17.148	—	1.850.909	
Total	9.136.747	11.264	(4.065.464)	(12.142.329)	19.243.600	698.211	—	12.882.030	

Estágio 3	Movimentação das Carteiras						Write Off	Saldo final - 30/06/2025	
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2			
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	32.231.812	(1.051.844)	(1.618.067)	(681.063)	2.839.980	11.896.431	(12.528.937)	31.088.311	
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.926.993	(98.800)	(11.884)	(17.148)	432.995	245.898	—	4.478.054	
Total	36.158.805	(1.150.644)	(1.629.951)	(698.211)	3.272.975	12.142.329	(12.528.937)	35.566.365	

(1) Inclui os efeitos da alteração entre categorias dos títulos e valores mobiliários decorrentes da adoção da Resolução 4.966/21, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui juros sobre as carteiras, novas concessões, liquidações e baixa para prejuízo,

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estágio 1	Movimentação das Carteiras						Write Off	Consolidado Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3		
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	505.922.130	2.858.467	(21.648.865)	(3.995.763)	4.624.284	2.259.578	-	490.019.830
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	58.647.549	6.914.247	(2.035.438)	(432.995)	174.627	11.884	—	63.279.874
Total	564.569.679	9.772.714	(23.684.303)	(4.428.758)	4.798.911	2.271.462	—	553.299.704

Estágio 2	Movimentação das Carteiras						Write Off	Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3		
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	6.502.936	2.984.550	(4.624.284)	(14.622.426)	21.648.865	739.832	-	12.629.474
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.214.347	(2.995.499)	(174.627)	(245.898)	2.035.438	17.148	—	1.850.909
Total	9.717.283	(10.948)	(4.798.911)	(14.868.324)	23.684.303	756.980	—	14.480.383

Estágio 3	Movimentação das Carteiras						Write Off	Saldo final - 30/06/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2		
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	37.231.583	(2.384.642)	(2.259.578)	(739.832)	3.995.763	14.622.426	(13.985.702)	36.480.018
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.926.993	363.374	(11.884)	(17.148)	432.995	245.898	(462.174)	4.478.054
Total	41.158.576	(2.021.268)	(2.271.462)	(756.980)	4.428.758	14.868.324	(14.447.876)	40.958.072

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução 4.966/21, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.1) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Saldo Inicial	33.510.588	37.895.277
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	1.500.687	4.311.974
Saldos em 1 de janeiro de 2025	35.011.275	42.207.251
Constituições Líquidas das Reversões	11.709.679	13.906.398
Baixas	(12.528.937)	(14.447.876)
Saldo Final	34.192.017	41.665.773
Créditos Recuperados	1.228.140	1.525.552

d) Instrumentos Financeiros Renegociados e Reestruturados

d.1) Instrumentos Financeiros Renegociados

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
	Novos Reconhecidos	Novos Reconhecidos
Instrumentos Financeiros Renegociados (1)	9.334.911	11.685.422
Operações de Crédito	9.334.911	11.685.422

(1) O montante contempla operações para as quais ocorreram contratações de acordos e alterações contratuais vinculadas à avaliação creditícia não caracterizada como reestruturação, em atraso a partir de 30 dias, ocorridas no período.

Não ocorreram baixas para os contratos renegociados no semestre.

d.2) Instrumentos Financeiros Reestruturados

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Estoque de Ativos Renegociados (1)	40.028.398	44.781.681
Percentual dos Ativos Reestruturados (%)	51 %	51 %
Ganho (Perda) Líquidos Reconhecidos	(1.115.703)	(1.383.819)

(1) Inclui os ativos reestruturados, ou seja, renegociações que impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Ativos Fiscais Diferidos	48.715.204	53.584.575
Impostos e Contribuições a Compensar	10.712.719	12.998.821
Total	59.427.923	66.583.396
Circulante	3.634.487	4.775.449
Não Circulante	55.793.436	61.807.947

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Constituição	Realização	Banco Saldo em 30/06/2025
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	11.635.622	(6.818.762)	32.575.849
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	388.616	(294.658)	1.476.499
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	179.352	(48.716)	1.295.571
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	705.554	(1.108.514)	1.926.391
Ágio	-	(31.990)	12.579
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	31.111.529	(31.607.309)	1.917.525
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	818.598	(2.227.766)	2.039.865
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	187.232	(171.719)	184.538
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	443.971	(636.307)	393.077
Outras Provisões Temporárias (3)	1.263.809	(2.811.200)	1.659.224
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	46.734.283	(45.756.941)	43.481.118
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	2.410.882	(2.392.333)	5.234.086
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	49.145.165	(48.149.274)	48.715.204

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

			Consolidado
			Saldo em
	Constituição	Realização	30/06/2025
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	13.896.832	(8.127.538)	35.778.127
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	423.821	(325.283)	1.569.492
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	186.942	(59.249)	1.349.586
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	734.232	(1.126.313)	2.053.556
Ágio	-	(31.990)	12.578
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	31.117.479	(31.609.211)	2.001.967
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	840.083	(2.289.542)	2.422.307
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	192.668	(171.726)	197.729
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	478.950	(759.314)	491.575
Outras Provisões Temporárias (3)	1.414.775	(2.942.267)	2.134.441
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	49.285.782	(47.442.433)	48.011.358
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	2.519.553	(2.432.685)	5.573.217
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	51.805.335	(49.875.118)	53.584.575

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

(4) Os efeitos do saldo diferido da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 01/01/2025 foram de R\$ 1.268 milhões no Banco e de R\$ 2.420 milhões no Consolidado.

Em 30 de junho de 2025, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 57.446.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco 30/06/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		Registrado
2025	3.040.796	2.472.577	58.539	-	5.571.912
2026	6.215.830	5.017.192	117.714	-	11.350.736
2027	4.094.490	3.275.579	108.861	-	7.478.930
2028	1.911.744	1.529.382	100.008	1.177.704	4.718.838
2029	1.550.591	1.240.466	52.784	1.630.813	4.474.654
2030 a 2034	5.942.743	4.754.194	27.800	2.425.569	13.150.306
Após 2035	1.091.261	873.009	5.558	-	1.969.828
Total	23.847.455	19.162.399	471.264	5.234.086	48.715.204

					Consolidado 30/06/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		Registrado
2025	3.681.531	2.861.559	63.806	212.491	6.819.387
2026	6.978.842	5.478.777	127.742	45.461	12.630.822
2027	4.837.478	3.710.792	118.705	3.745	8.670.720
2028	2.284.716	1.761.098	109.751	1.181.704	5.337.269
2029	1.646.291	1.303.791	57.656	1.638.164	4.645.902
2030 a 2034	6.097.512	4.848.620	27.800	2.469.810	13.443.742
Após 2035	1.119.212	890.118	5.560	21.843	2.036.733
Total	26.645.582	20.854.755	511.020	5.573.218	53.584.575

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 (ver Nota 2, item b.3). A expectativa de realização dos créditos tributários relativos a Perdas Associadas ao Risco de Crédito apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, poderão ser deduzidas a partir do mês de janeiro de 2026, em um prazo de à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos). De acordo com a Lei nº 14.467/2022 as entidades poderão optar até 31 de dezembro de 2025 qual prazo será utilizado para dedução fiscal desse saldo. Para o estudo de realização dos créditos tributários consideramos 1/120 (10 anos) e que a decisão permanente da administração será tomada em dezembro/2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 36.105.823 no Banco e R\$ 39.817.565 no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Passivos Fiscais Diferidos	4.769.500	6.986.639
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	225.885	1.241.402
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	1.196.612	4.337.482
Total	6.191.997	12.565.523
Circulante	915.756	2.396.600
Não Circulante	5.276.241	10.168.923

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2,992,768 no Banco e Coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide nota 20.e)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Banco	
	Constituição	Realização
		Saldo em
		30/06/2025
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	505.110	(449.057)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	845.626	(1.339.003)
Superveniência de Arrendamento Mercantil	-	(7)
Outros (2)	-	(555)
Total	1.350.736	(1.788.622)

	Consolidado	
	Constituição	Realização
		Saldo em
		30/06/2025
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	2.458.255	(2.677.626)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	846.111	(1.422.807)
Superveniência de Arrendamento Mercantil	13.591	(1.045)
Outros (2)	18.328	(56.886)
Total	3.336.285	(4.158.364)

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui a atualização da provisão entre Banco Santander e Esfera e o reconhecimento de passivo fiscal diferido oriundo da Pluxee.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

				Banco 30/06/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2025	273.990	205.141	52.728	531.859
2026	547.981	410.281	105.455	1.063.717
2027	547.981	410.281	105.455	1.063.717
2028	547.101	410.281	105.455	1.062.837
2029	282.622	212.741	52.728	548.091
2030 a 2034	95.122	76.004	-	171.126
Após 2035	182.312	145.841	-	328.153
Total	2.477.109	1.870.570	421.821	4.769.500

				Consolidado 30/06/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2025	690.373	313.093	72.262	1.075.728
2026	1.025.620	537.646	139.511	1.702.777
2027	788.809	531.546	138.252	1.458.607
2028	777.281	525.163	137.494	1.439.938
2029	431.573	297.673	68.747	797.993
2030 a 2034	103.338	79.212	-	182.550
Após 2035	182.949	146.097	-	329.046
Total	3.999.943	2.430.430	556.266	6.986.639

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	7.498.015	10.200.605
Participações no Lucro (1)	(983.907)	(1.400.392)
Resultado não Realizado	-	(176)
Resultado antes dos Impostos	6.514.108	8.800.037
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	(2.931.349)	(3.960.017)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.678.931	70.334
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	774.792	917.344
Juros sobre o Capital Próprio	1.350.000	1.350.000
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	52.023	74.598
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	529.338
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(86.636)	(233.396)
Imposto de Renda e Contribuição Social	837.761	(1.251.799)
Impostos Correntes	(108.303)	(2.174.601)
Imposto de renda e contribuição social do período	(108.303)	(2.174.601)
Impostos Diferidos	927.515	893.273
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	927.515	893.273
Constituição no período sobre:	43.896	60.821
Base Negativa de Contribuição Social	15.865	30.657
Prejuízo Fiscal	28.031	30.164
Total dos impostos diferidos	946.064	922.802
Imposto de Renda e Contribuição Social	837.761	(1.251.799)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%.

e) Despesas Tributárias

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Despesa com Cofins	1.536.065	2.099.303
Despesa com ISS	353.015	475.972
Despesa com PIS	249.611	354.888
Outras	122.338	150.112
Total	2.261.029	3.080.275

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Outros Ativos

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	51.133.577	51.135.228
Direitos Creditórios (1)	21.194.797	28.776.562
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.982.233	7.985.793
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.654.910	1.751.740
Outros - Cíveis	758.145	959.791
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	352.126	352.126
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496
Pagamentos a Ressarcir	67.974	68.876
Adiantamentos Salariais	27.249	267.521
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	2.344.449
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	6.717.324	6.717.324
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29.a)	298.479	367.976
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	274.631	407.231
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	9.191.924	190.135
Rendas a Receber	2.925.519	3.697.648
Outros Valores e Bens	1.255.362	1.277.691
Outros (2)	9.876.375	17.634.713
Total	111.711.121	123.935.300
Circulante	106.289.308	115.965.167
Não Circulante	5.421.813	7.970.133

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(2) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

12. Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)	Agência de Luxemburgo(1)
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Resultado do Período	1.256.628	1.211.941

	Agência Grand Cayman (1)	Agência de Luxemburgo (1)
	30/06/2025	30/06/2025
Ativo		
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	141.151.283	150.452.061
Ativo Permanente	31	-
Total do Ativo	141.151.314	150.452.061
Passivo		
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	109.090.604	120.796.377
Patrimônio Líquido	32.060.710	29.655.684
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	141.151.314	150.452.061

(1) A moeda funcional é o Real.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

13. Participações de Controladas e Coligadas**a) Perímetro de Consolidação**

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			30/06/2025
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	872.186	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Santander Holding Imobiliária S.A.	Outras	558.601	-	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	-	100,00 %	100,00 %
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	59,64 %	59,64 %
Toro Investimentos S.A. (1)	Investimentos	44.101	-	13,23 %	13,23 %
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					

Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	100,00 %	100,00 %

(1) A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A é controlador da Toro Investimentos S.A. indiretamente.

					30/06/2025
Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Influência Significativa do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	Outras	5.076	1.736	11,11 %	11,11 %
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núclea S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Outras	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	20,00 %	20,00 %
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
	Prestação de				
Loop Gestão de Pátios S.A.	Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %
Fundos de Investimentos Consolidados					
- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas); - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina); - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá); - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC); - Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo; - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3); - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1); - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2); - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3); - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4); - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos; - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4); - Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior; - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet;					

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4);
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento;
- Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada; e
- Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Fundo controlado pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Banco Resultado da Equivalência Patrimonial
		01/01 a		01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Controladas pelo Banco Santander				
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	8.564.644	901.120	8.564.044	901.120
Banco RCI Brasil S.A.	1.472.409	113.120	587.357	45.124
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	230.872	16.140	230.872	16.140
Esfera Fidelidade S.A.	1.198.881	428.797	1.198.881	428.796
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	9.707.268	273.847	9.707.268	273.847
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.376.279	323.805	1.376.279	323.805
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	1.191.369	175.780	1.191.369	175.780
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.048.935	40.396	1.048.933	40.396
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	9.100.504	1.084.689	9.100.504	1.084.689
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.493.828	381.681	10.493.828	381.681
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	273.826	15.014	273.826	15.014
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núcleo S.A.	1.762.105	322.362	308.897	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A	3.346.812	283.675	1.946.061	56.735
Outros	1.837.802	(91.156)	1.369.702	(68.680)
Total	51.605.534	4.269.269	47.397.821	3.730.957

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Consolidado Resultado da Equivalência Patrimonial
	30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander				
Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	43.914	(18.649)	7.316	(3.107)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	337.660	(13.190)	67.531	(2.638)
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	3.816	333	424	37
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	326.922	(7.834)	50.869	(1.219)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	5.318	704	2.659	352
Santander Auto S.A.	106.380	27.062	53.190	13.531
Tecnologia Bancária S.A.	986.554	4.015	187.248	762
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A.	514.543	117.790	154.363	35.337
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núclea S.A.	1.762.105	322.362	308.897	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	3.346.812	283.675	1.946.061	56.734
Outros	-	-	79.508	-
Total	7.434.024	716.267	2.858.066	156.299

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Imobilizado de Uso

	Banco 30/06/2025			Consolidado 30/06/2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	2.340.882	(1.052.003)	1.288.879	2.587.167	(1.125.180)	1.461.987
Terrenos	600.939	-	600.939	645.507	-	645.507
Edificações	1.739.943	(1.052.003)	687.940	1.941.660	(1.125.180)	816.480
Outras Imobilizações de Uso	12.461.562	(9.432.594)	3.028.968	12.917.650	(9.685.030)	3.232.620
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.292.833	(4.185.667)	1.107.166	5.375.417	(4.298.953)	1.076.464
Equipamentos de Processamento de Dados	3.024.811	(2.108.625)	916.186	3.218.004	(2.130.838)	1.087.166
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.129.584	(2.402.892)	726.692	3.304.864	(2.515.699)	789.165
Sistemas de Segurança e Comunicações	952.213	(696.111)	256.102	957.217	(700.213)	257.004
Outras	62.121	(39.299)	22.822	62.148	(39.327)	22.821
Total	14.802.444	(10.484.597)	4.317.847	15.504.817	(10.810.210)	4.694.607

15. Intangível

	Banco 30/06/2025			Consolidado 30/06/2025		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(27.145.770)	74.745	28.167.735	(27.746.641)	421.094
Outros Ativos Intangíveis	16.410.945	(9.400.228)	7.010.717	17.127.717	(9.803.350)	7.324.367
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	11.484.060	(6.870.223)	4.613.837	12.200.002	(7.273.339)	4.926.663
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.753.505	(2.356.625)	2.396.880	4.753.505	(2.356.624)	2.396.881
Outros	173.380	(173.380)	-	174.210	(173.387)	823
Total	43.631.460	(36.545.998)	7.085.462	45.295.452	(37.549.991)	7.745.461

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, não houve *impairment* de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento e Desenvolvimento de Logiciais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

					Banco 30/06/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos	75.738.363	149.386.618	106.781.353	154.838.043	486.744.377
Depósitos à Vista	21.706.796	28.093.367	-	-	49.800.163
Depósitos de Poupança	53.884.168	-	-	-	53.884.168
Depósitos Interfinanceiros	-	553.872	-	5.102.996	5.656.868
Depósitos a Prazo (1)	147.399	120.739.379	106.781.353	149.735.047	377.403.178
Captações no Mercado Aberto	-	10.332.954	141.250.176	25.883.484	177.466.614
Carteira Própria	-	10.332.954	49.705.187	4.784	60.042.925
Títulos Públicos	-	-	49.601.790	-	49.601.790
Outros	-	10.332.954	103.397	4.784	10.441.135
Carteira de Terceiros	-	-	72.973.241	-	72.973.241
Carteira de Livre Movimentação	-	-	18.571.748	25.878.700	44.450.448
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	14.939.686	51.044.614	113.394.321	179.378.621
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	6.891.047	43.190.810	78.440.975	128.522.832
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	1.699.145	18.318.575	24.286.717	44.304.437
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.311.590	15.320.176	19.240.833	36.872.599
Letras Financeiras - LF (3)	-	455.838	2.271.209	29.112.067	31.839.114
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	2.424.474	7.280.850	5.801.358	15.506.682
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	8.048.639	6.379.120	18.631.365	33.059.124
Certificados de Operações Estruturadas	-	-	1.474.684	16.321.981	17.796.665
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	112.528.409	2.066.014	5.591.754	120.186.177
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	111.673.082	-	-	111.673.082
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	111.009.006	-	-	111.009.006
Outras Linhas de Crédito	-	664.076	-	-	664.076
Obrigações por Repasses do País	-	855.327	2.066.014	5.591.754	8.513.095
Total	75.738.363	287.187.667	301.142.157	299.707.602	963.775.789
Circulante	75.738.363	287.187.667	301.142.157	-	664.068.187
Não Circulante	-	-	-	299.707.602	299.707.602

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Consolidado 30/06/2025				
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos	75.240.190	151.410.642	107.591.270	153.303.397	487.545.499
Depósitos à Vista	20.974.823	28.093.367	-	-	49.068.190
Depósitos de Poupança	53.884.168	-	-	-	53.884.168
Depósitos Interfinanceiros	-	2.544.067	903.375	3.568.351	7.015.793
Depósitos a Prazo (1)	147.399	120.773.208	106.687.895	149.735.046	377.343.548
Outros Depósitos	233.800	-	-	-	233.800
Captações no Mercado Aberto	-	10.327.943	121.248.755	25.883.484	157.460.182
Carteira Própria	-	10.327.943	41.768.915	4.784	52.101.642
Títulos Públicos	-	-	41.665.530	-	41.665.530
Outros	-	10.327.943	103.385	4.784	10.436.112
Carteira de Terceiros	-	-	60.908.092	-	60.908.092
Carteira de Livre Movimentação	-	-	18.571.748	25.878.700	44.450.448
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	11.187.450	51.171.152	109.267.050	171.625.652
Recursos de Aceites Cambiais	-	150.506	230.740	1.261.832	1.643.078
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	7.155.288	44.588.144	83.093.345	134.836.777
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	1.699.145	18.318.575	24.286.718	44.304.438
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.311.590	15.320.176	19.240.833	36.872.599
Letras Financeiras - LF (3)	-	720.078	3.668.543	33.764.436	38.153.057
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	2.424.475	7.280.850	5.801.358	15.506.683
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.881.656	4.877.584	8.589.894	17.349.134
Certificados de Operações Estruturadas	-	-	1.474.684	16.321.979	17.796.663
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	112.664.020	2.066.014	5.591.754	120.321.788
Obrigações por Empréstimos no País	-	855.327	-	-	855.327
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	110.953.366	-	-	110.953.366
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	110.038.938	-	-	110.038.938
Outras Linhas de Crédito	-	914.428	-	-	914.428
Obrigações por Repasses do País	-	855.327	2.066.014	5.591.754	8.513.095
Total	75.240.190	285.590.055	282.077.191	294.045.685	936.953.121
Circulante	75.240.190	285.590.055	282.077.191	-	642.907.436
Não Circulante	-	-	-	294.045.685	294.045.685

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2025 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2025 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2045.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2027 e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,09% a 0,91% a.a.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Banco	Consolidado
			30/06/2025	30/06/2025
			Total	Total
2019	2027	Até 9% + CDI	492.628	-
2020	2027	Até 9% + CDI	30.399	-
2021	2031	Até 9% + CDI	3.063.663	2.668.210
2022	2035	Até 9% + CDI	1.721.813	1.428.854
2023	2031	Até 9% + CDI	7.826.138	2.512.600
2024 (1)	2035	Até 9% + CDI	8.521.089	4.434.868
2025	2035	Até 9% + CDI	11.403.394	6.304.602
Total			33.059.124	17.349.134

(1) Inclui taxa SOFR - Secured Overnight Finance Rate.

c) Abertura de contas de resultado

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Depósitos a Prazo (1) (2)	20.499.399	20.517.575
Depósitos de Poupança	2.023.339	2.023.339
Depósitos Interfinanceiros	367.803	347.477
Captação no Mercado Aberto (2)	16.272.074	15.383.257
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	162.934
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	5.411.951	5.944.273
Outras	1.364.115	1.404.952
Total	45.938.681	45.783.807

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 1.661.597 referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e Nível II (Nota 17.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ (1.717.094) no Banco e no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com TVM Nota 6.a.V.

17. Outros Passivos Financeiros**a. Composição**

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	3.586.971	10.985.898
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	24.327.655	24.532.275
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.775.564	7.815.169
Relações Interdependências e Interfinanceiras	9.570.318	9.571.474
Total	45.260.508	52.904.816
Circulante	37.301.570	41.340.076
Não Circulante	7.958.938	11.564.740

Em 30 de junho de 2025, não houve reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	Total	Total
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	8.591.568	8.591.568
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	323.936	323.936
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	7.453.210	7.453.210
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R\$7.600	CDI+1,4%	7.958.941	7.958.942
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-24	nov-34	R\$200	CDI+1,15%	—	204.619
Total					24.327.655	24.532.275

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a novembro 2024 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outros Passivos

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	4.323.169
Obrigações com Cartões de Crédito	52.409.834	52.409.845
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	3.091.346	3.289.719
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	6.295.869	7.083.674
Ações Trabalhistas	3.024.194	3.433.727
Ações Cíveis	3.271.675	3.649.947
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites	1.313.421	1.313.421
Plano de Benefícios a Funcionários	1.303.830	1.311.124
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.373	4.373
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.767.886	2.489.315
Despesas Administrativas	171.783	469.227
Outros Pagamentos	52.293	162.171
Credores por Recursos a Liberar	1.452.895	1.452.895
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	528.918	528.918
Fornecedores	672.759	1.050.095
Sociais e Estatutárias	419.956	452.733
Débitos com Operações de Seguros	-	1.583.818
Outras (1)	13.110.088	16.763.723
Total	82.595.251	94.688.220
Circulante	10.452.713	21.930.300
Não Circulante	72.142.538	72.757.920

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 4.966/2021. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Banco/Consolidado 30/06/2025
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.132.330
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	22.773.991
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	14.049.194
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	2.781.333
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	1.133.865
Outros Avais	1.012.559
Outras Fianças Bancárias	13.938.337
Outras Garantias Financeiras Prestadas	8.365.744
Total	68.187.353

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites

	Banco/Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Saldo Inicial	605.207
Adoção Inicial - Resolução CMN nº 4.966	1.335.395
Constituição Líquida de Reversão	(625.323)
Outras	(1.858)
Saldo Final	1.313.421

19. Hierarquia do Valor Justo

Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e *opções*), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (*opções* de taxa de câmbio, *opções* de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

	30/06/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	76.353.194	138.970.651	15.809.624	231.133.469
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	103.306.460	—	103.306.460
Títulos e Valores Mobiliários	76.353.194	513.459	15.216.709	92.083.362
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	35.150.732	592.915	35.743.647
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	68.621.687	—	1.743.159	70.364.846
Títulos e Valores Mobiliários	68.621.687	—	1.743.159	70.364.846
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	—	32.060.588	799.386	32.859.974
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	32.060.588	799.386	32.859.974

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2025:

30/06/2025

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	41.919.122	41.919.122	16.779.702	19.232.633	5.906.787
Títulos e Valores Mobiliários	120.589.662	120.589.662	59.652.713	263.554	60.673.395
Operações de Crédito	447.218.171	449.958.367	-	-	449.958.367
Total	609.726.955	612.467.151	76.432.415	19.496.187	516.538.549

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2025:

30/06/2025

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	487.545.499	487.562.604	-	-	487.562.604
Captações no Mercado Aberto	157.460.182	157.480.290	-	157.480.290	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	171.625.652	173.203.703	-	-	173.203.703
Obrigações por Empréstimos e Repasses	120.321.788	120.321.788	-	-	120.321.788
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	24.532.275	24.532.275	-	-	24.532.275
Total	961.485.396	963.100.660	-	157.480.290	805.620.370

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2025, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	3.091.346	3.289.719
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	6.295.869	7.083.674
Ações Trabalhistas	3.024.194	3.433.727
Ações Cíveis	3.271.675	3.649.947
Total	9.387.215	10.373.393

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco 01/01 a 30/06/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.824.081	2.609.381	3.014.320
Constituição Líquida de Reversão	253.328	1.387.743	401.273
Atualização Monetária	76.456	30.209	139.097
Baixas por Pagamento	(62.519)	(1.003.139)	(283.015)
Saldo Final	3.091.346	3.024.194	3.271.675
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.960.306	513.558	291.777
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.802	2.838	1.722
Total dos Depósitos em Garantia (2)	1.963.108	516.396	293.499

	Consolidado		
	01/01 a		
	30/06/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	3.032.613	2.968.667	3.340.948
Constituição Líquida de Reversão	258.056	1.489.954	558.555
Atualização Monetária	80.418	34.387	142.297
Baixas por Pagamento	(81.369)	(1.059.281)	(391.853)
Saldo Final	3.289.718	3.433.727	3.649.947
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.372.103	540.919	299.924
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.147	2.838	1.722
Total dos Depósitos em Garantia (2)	3.376.250	543.757	301.646

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 5.622 milhões e no Consolidado é R\$ 6.474 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.203 milhões no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 147 milhões no Banco e R\$ 150 milhões no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras – R\$ 324 milhões no Banco e R\$ 338 milhões no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 20.e**.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 37.216 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2025, o valor envolvido é de R\$ 2.321 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco Santander e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 10.252 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 3.752 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco Santander e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2025 o valor era de aproximadamente R\$ 6.746 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco Santander e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.125 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no período de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 2.618 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Em 30 de junho de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 811 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao período fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 587 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.304 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 668 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – Ação coletiva ajuizada pela AFABESP pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. Inicialmente a ação foi julgada desfavoravelmente ao Banco Santander que recorreu desta decisão inicial e em 23 de agosto de 2024, foi julgado favorável ao Banco Santander. Desta nova decisão, em 30 de agosto de 2024, a AFABESP opôs Embargos de Declaração que estão pendentes de julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 3.141 milhões no Consolidado, tendo como principal processo:

Ação Indenizatória Referente à Serviços de Custódia prestadas pelo Banco Santander. O processo está em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Milhares de Ações			
30/06/2025			
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	130.550	156.383	286.933
De Domiciliados no Exterior	3.688.145	3.523.453	7.211.598
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(13.780)	(13.780)	(27.560)
Total em Circulação	3.804.915	3.666.056	7.470.971

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada período, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do período social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas no semestre findo em 30 de junho de 2025.

30/06/2025							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Total	3.000.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2024, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2025 o Banco Santander possuía 360.657.265 ações ordinárias e 388.461.675 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

		Banco/Consolidado
		Em Milhares de Ações
		30/06/2025
		Quantidade
		Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		19.451
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(5.671)
Ações em Tesouraria no Final do Período		13.780
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	721.052
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	722.823
Custo/Cotação da Ação		Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,33
Custo Máximo (*)	R\$	49,55
Cotação da Ação	R\$	26,72
(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.		

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido	Resultado
	30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Banco RCI Brasil S.A.	885.052	67.996
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	345.705	46.528
Rojo Entretenimento S.A.	9.005	301
Fit Economia de Energia S.A.	(14.422)	(6.870)
América Gestão Serviços em Energia S.A.	3.492	630
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado	464.543	59.040
Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	189.749	9.133
Total	1.883.124	176.758

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o exercício de janeiro a dezembro de 2025, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$600.000.000 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2025.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no semestre findo em 30 de junho de 2025, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Remuneração Fixa	55.408	72.035
Remuneração variável - Em espécie	64.763	72.933
Remuneração variável - Em ações	61.211	62.940
Outras	50.343	55.973
Total Benefícios de Curto Prazo	231.725	263.881
Remuneração variável - Em espécie	95.365	103.952
Remuneração variável - Em ações	89.385	92.048
Total Benefícios de Longo Prazo	184.750	196.000
Total	416.475	459.881

Adicionalmente, em 2025 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 22.677

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações 30/06/2025					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	4.086	0,1 %	4.086	0,1 %	8.173	0,1 %
Outros	360.657	9,4 %	388.462	10,6 %	749.119	10,0 %
Total em Circulação	3.804.913	99,6 %	3.666.055	99,6 %	7.470.970	99,6 %
Ações em Tesouraria	13.781	0,4 %	13.781	0,4 %	27.562	0,4 %
Total	3.818.694	100,0 %	3.679.836	100,0 %	7.498.532	100,0 %

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras		Notas Explicativas		Declarações dos Diretores
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>						
"Free Float" (2)		360.657	9,4 %	388.462	10,6 %	749.119 10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Ativo	15.250.196	134.844.462	69.026	150.163.684
Disponibilidades	547.195	340.182	-	887.377
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.169.333	80.038.775	-	92.208.108
Títulos e Valores Mobiliários	-	13.566.045	-	13.566.045
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.158.843	3.628.588	-	5.787.431
Relações Interfinanceiras	-	24.834.494	-	24.834.494
Operações de Crédito (4)	-	1.263.934	44.793	1.308.727
Negociação e Intermediação de Valores	196.276	114.790	-	311.066
Rendas a Receber	-	1.624.959	-	1.624.959
Outros Ativos - Diversos	178.549	9.432.695	-	9.611.244
Garantias e Limites	-	-	24.233	24.233
Passivo	(2.850.700)	(50.372.795)	(767.221)	(53.990.716)
Depósitos	(2.680.675)	(5.570.513)	(50.284)	(8.301.472)
Operações Compromissadas	-	(20.010.525)	(230)	(20.010.755)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(16.385.892)	(47.830)	(16.433.721)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(739.032)	-	(739.032)
Outros Passivos - Diversos	(170.025)	(7.666.834)	(668.877)	(8.505.736)
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Resultado	2.476.843	2.806.254	(67.639)	5.215.458
Resultado da Intermediação Financeira	2.627.010	3.856.793	(1.151)	6.482.652
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(150.166)	(1.050.539)	(66.488)	(1.267.193)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Consolidado			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Ativo	15.250.196	27.270.003	68.973	42.589.172
Disponibilidades	547.195	340.182	-	887.377
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.169.333	-	-	12.169.333
Títulos e Valores Mobiliários	-	100.505	-	100.505
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.158.843	-	-	2.158.843
Relações Interfinanceiras	-	24.825.081	-	24.825.081
Operações de Crédito (4)	-	22.812	44.740	67.552
Negociação e Intermediação de Valores	196.276	114.790	-	311.066
Rendas a Receber	-	1.661.569	-	1.661.569
Outros Ativos - Diversos	178.549	205.064	-	383.613
Garantias e Limites	-	-	24.233	24.233
Passivo	(2.850.700)	(12.382.783)	(613.581)	(15.847.064)
Depósitos	(2.680.675)	(3.465.823)	(49.715)	(6.196.214)
Operações Compromissadas	-	(236)	(230)	(466)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(709.250)	(47.830)	(757.080)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(739.032)	-	(739.032)
Outros Passivos - Diversos	(170.025)	(7.468.442)	(515.806)	(8.154.272)
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Resultado	2.476.843	287.637	268.896	3.033.376
Resultado da Intermediação Financeira	2.627.010	(181.108)	(1.223)	2.444.678
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(150.166)	468.744	270.119	588.698

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 13.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

(4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R\$ 19.371 de limites concedidos às suas coligadas

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Administração de Recursos	223.137	846.303
Serviços de Conta Corrente	2.110.711	2.111.308
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	573.344	906.752
Operações de Crédito (1)	130.604	459.020
Rendas de Garantias Prestadas	442.740	447.732
Comissões de Seguros	1.021.744	1.954.359
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.457.505	3.475.785
Cobrança e Arrecadações	554.209	566.707
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	675.779	797.705
Outras	239.779	290.152
Total	8.856.208	10.949.071

(1) As operações de Financiamento e Empréstimos estão sendo consideradas com o reconhecimento da taxa de juros efetiva, incluindo as receitas e custos adjacentes aos respectivos contratos a partir de 01 de janeiro de 2025. A metodologia adotada pelo Banco Santander consistiu em calcular a taxa de juros efetiva por contrato. O reconhecimento dos juros está sendo realizado conforme os critérios estabelecidos na Res. CMN nº 4.966/2021 art. 15.

24. Despesas de Pessoal

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Remuneração	2.043.595	2.851.663
Encargos	751.269	1.109.597
Benefícios	563.522	883.316
Treinamento	15.931	33.489
Outras	20	715
Total	3.374.337	4.878.780

25. Outras Despesas Administrativas

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Depreciações e Amortizações	1.564.406	1.696.019
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	2.261.763	1.861.316
Comunicações	117.568	125.026
Processamento de Dados	1.895.534	1.649.347
Propaganda, Promoções e Publicidade	223.041	299.207
Aluguéis	306.266	314.702
Manutenção e Conservação de Bens	119.881	133.575
Água, Energia e Gás	84.286	91.114
Material	44.333	46.443
Outras	856.533	509.539
Total	7.473.611	6.726.288

26. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Atualizações monetárias (1)	244.471	318.864
Comissões	(843.092)	(933.390)
Corretagens e Emolumentos	(43.902)	(45.181)
Despesas com Cartórios	(2.370)	(155.350)
Despesa com Formalização de Negócios	(85.297)	(85.297)
Despesas Judiciais e Custas	(136.766)	(137.709)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(64.354)	(65.563)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(39.844)	(38.492)
Fiscais	12.883	8.155
Trabalhistas	(1.387.743)	(1.489.954)
Cíveis	(401.273)	(558.555)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	102.327	492.027
Resultado com Cartões	(1.666.132)	(1.227.745)
Recuperação de Encargos e Despesas	505.563	718.206
Outras (2)	(1.174.348)	(1.509.664)
Total	(4.979.877)	(4.709.648)

(1) No semestre findo em 30 de Junho de 2025, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e obrigações legais.
(2) No semestre findo em 30 de Junho de 2025, inclui, principalmente, despesas com taxas e outras provisões.

27. Variações Cambiais (Líquidas)

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	(479.107)	(476.927)
Operações de Crédito	7.860.284	8.022.481
Captações	1.628.446	1.717.094
Empréstimos	(4.649.564)	(4.662.047)
Total	4.360.059	4.600.601

28. Resultado Não Operacional

	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Resultado na Alienação de Investimentos	1.093	1.093
Resultado na Alienação de Valores e Bens	99.308	113.002
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	2.037	20.306
Despesas com Bens não de Uso	(42.252)	(42.747)
Ganhos (Perdas) de Capital	6.644	2.471
Outras Receitas (Despesas)	11.995	6.485
Total	78.825	100.610

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Banesprev**

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- **Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)**

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

- **Outros Planos**

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foram de 29.845 no Banco e R\$ 32.826 no Consolidado.

Possui 8 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 02 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2025 foram de R\$ 247 no Banco e R\$ 518 no Consolidado.

Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev): Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

- **Ex-Empregados do Banespa**

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R\$ 2.299 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes, registradas como obrigação de planos de benefícios a funcionários (nota 18), serão aportadas ao Banesprev até maio de 2026, atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco		
	30/06/2025		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.485.935)	(3.781)	(1.308.026)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.482.264	3.816	2.144.362
	1.996.329	35	836.336
Sendo:			
Superávit	2.554.841	—	836.336
Déficit	(741.190)	35	—
Valor não Reconhecido como Ativo	2.267.264	—	825.434
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	287.577	—	10.902
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(741.190)	35	—
Contribuições Efetuadas	500.472	—	81
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(19.329)	(23)	589
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(5.055.241)	923	9.146
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	696.964	609	215.937

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Consolidado 30/06/2025		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.689.849)	(3.781)	(1.308.026)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.920.161	3.816	2.144.362
	2.230.311	35	836.336
Sendo:			
Superávit	2.822.877	—	836.336
Déficit	(748.484)	35	—
Valor não Reconhecido como Ativo	2.465.803	—	825.434
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	357.074	—	10.902
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(748.484)	35	—
Contribuições Efetuadas	500.472	—	81
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(17.557)	(23)	589
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(5.125.000)	923	9.146
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	726.027	609	215.937

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 30/06/2025		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(440.386)	24	(24.815)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(82.559)	—	—
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(522.945)	24	(24.815)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de	(489.695)	441	112.615
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(489.695)	441	112.615
Mudança no Superávit Irrecuperável	601.156	—	(87.574)

	Consolidado 30/06/2025		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(443.962)	24	(24.815)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(83.235)	—	—
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(527.196)	24	(24.815)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de	(482.250)	441	112.615
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(482.250)	441	112.615
Mudança no Superávit Irrecuperável	598.716	—	(87.574)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2025:

	Duração (em Anos) 30/06/2025
Planos	
Banesprev	
Plano I	8,32
Plano II	8,75
Plano III	7,64
Plano IV	8,16
Plano V	6,45
Pré-75	7,15
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	4,90/4,61/5,41
Sanprev	
Plano I	5,40
Plano II	8,30
Plano III	7,80
Bandeprev	
Plano Básico	7,04
Plano Especial I	5,23
Plano Especial II	4,69
SantanderPrevi	
SantanderPrevi	5,36

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício: fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Assistência Médica Fundação Sudameris: Plano de assistência médica é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Plano de Saúde Para Diretores: Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o diretor gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

- **Método de avaliação**

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco 30/06/2025		Consolidado 30/06/2025	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.137.691)	(562.675)	(4.276.720)	(562.675)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.948.649	—	5.114.926	—
	810.958	(562.675)	838.206	(562.675)
Sendo:				
Superávit	810.958	—	838.206	—
Déficit	—	(562.675)	—	(562.675)
Valor não Reconhecido como Ativo	(810.958)	—	838.206	—
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	—	(562.675)	—	(562.675)
Contribuições Efetuadas	81.866	19.362	83.246	19.362
Receitas (Despesas) Reconhecidas	5.048	(30.192)	5.119	(30.192)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.830.619)	114.487	(1.801.660)	114.487
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	256.084	—	265.644	—

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 30/06/2025		Consolidado 30/06/2025	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Cabesp
Experiência do Plano	(137.112)	5.878	(141.500)	5.878
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(33.353)	—	(34.376)	—
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(170.465)	5.878	(175.877)	5.878
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.739	—	3.909	—
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	2.739	—	3.909	—
Mudança no Superávit Irrecuperável	80.811	—	83.603	—

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2025:

	Duração (em Anos) 30/06/2025
Planos	
Cabesp	10,32
Bandepe	8,64
Clínica Grátis	8,22
Diretores Vitalícios	6,20
Diretores Saúde	22,60
Circulares (1)	7,98 e 7,36
Seguro de Vida	4,75

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2025, são as seguintes:

	Banco/Consolidado 30/06/2025
Instrumentos de Patrimônio	0,9 %
Instrumentos de Dívida	96,7 %
Bens Imóveis	0,1 %
Outros	2,3 %

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado 30/06/2025	
	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,52 %	10,42 %
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0 %	3,0 %
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,52 %	N/A
	Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%	
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	Demais planos: AT2000	AT2000

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2025, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado 30/06/2025	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros		
(+)0,5%	(23.750)	(231.019)
(-)0,5%	25.895	251.828
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral		
Aplicada (+) 2 anos	(48.858)	(475.167)
Aplicada (-) 2 anos	50.445	490.605
Custo Assistência Médica		
(+)0,5%	28.376	275.982
(-)0,5%	(26.451)	(257.258)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de seus instrumentos (ações/opções Locais e Globais). São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 30/06/2025
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2021 a 10/2024	2024	R\$ — (1) (2)
		01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R\$ 1.375.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R\$ 350.000 (1)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R\$ 2.500.000 (1)
		01/2021 a 12/2024	2024	— (3)
		01/2022 a 12/2025	2025	42.940 (4)
		01/2023 a 12/2026	2026	38.267 (5)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023	EUR 3,67	— Ações Globais (6)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		420.394 Opções sobre ações Globais (6)
		02/2024	EUR 2,685	— Ações Globais (7)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		105.534 Opções sobre ações Globais (7)
		2025	EUR 3,104	95.786 Ações Globais (7)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		61.304 Opções sobre ações Globais (7)
		2026	EUR 3,088	175.476 Ações Globais (7)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033		472.469 Opções sobre ações Globais (7)
		2027	EUR 63,95	8.528 Ações Globais (7)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032		80.476 Opções sobre ações Globais (7)
		2028	EUR 71,42	1.866 Ações Globais (7)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033		9.007 Opções sobre ações Globais (7)
		2029	EUR 54,14	5.340 Ações Globais (7)
		12/2024, com pagamento em 2025	R\$ 27,33	— SANB11 (8)
		12/2025, com pagamento em 2026	R\$ 28,92	52.037 SANB11 (9)
			R\$ 4.225.000 (1) (2)	
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2025			133.244 SANB11 (3) (4) (5) (8) (9)	
			286.996 Ações Globais (6) (7)	
			1.149.184 Opções sobre ações Globais (6) (7)	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.
- (2) Planos de Incentivo de Longo Prazo finalizados, com a entrega de 514.223 ações brutas ao longo de 2024 conforme condições estabelecidas no contrato do plano, e baixa de R\$ 2.320.000 por não cumprimento dos indicadores.
- (3) Entrega de 193.966 ações brutas entre Fev e Dez/2024, conforme condições estabelecidas no contrato do plano. E baixa de 23.326 ações por perda de direito.
- (4) Entrega de 57.420 ações brutas entre Fev e Jun/2025, conforme condições estabelecidas no contrato do plano.
- (5) Baixa de 11.820 ações por perda de direito.
- (6) Plano finalizado com atingimento 100%. Parte equivalente à 80.412 ações globais foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que o momento tivemos o cancelamento de 412.175 opções.
- (7) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (8) Plano finalizado com atingimento final de 75%. Entrega de 31.844 ações brutas em Mai/2025, conforme critérios firmados no contrato do plano. E baixa de 18.575 ações por perda de direito.
- (9) Baixa de 18.209 ações por perda de direito.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos locais e globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 6 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

As opções expiram de acordo com cada plano até 02/2033 e o preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 anos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais. O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos e em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado
		01/01 a
		30/06/2025
Programa	Tipo de Liquidação	
Local	Ações do Santander (Brasil)	3.477
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	3.169

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco	Consolidado
			01/01 a	01/01 a
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	30/06/2025	30/06/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	134.521	139.436
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	102.797	101.586

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto-avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o Marco Geral de Risco são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – (Cultura *Risk Pro*);
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes, inclui aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (**Nota 9**).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc.

A Gestão do Risco de Mercado do Banco Santander é aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, “gaps” de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de governança e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa, Brasil e Balcão (B3), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e lei *Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission)*.

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processarem de maneira estáveis e integras suas transações, e da capacidade do Banco em utilizar nas tecnologias digitais disponíveis, serviços de computação e mensageria, serviços em nuvem, softwares/ferramentas e redes de comunicação, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão mantendo a segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco são essenciais para as suas atividades e habilidade de competir com os correntes pelo mercado.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de *Compliance* visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander Brasil e das regulamentações brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental e Climático

Com o objetivo de promover um ambiente controlado e seguro para nossas operações, além de incentivar o desenvolvimento de negócios sustentáveis, o Banco Santander realiza gestão contínua dos riscos associadas às nossas atividades, que pode impactar a organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Para isso, o Banco Santander conta com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos sociais, ambientais e climáticos, orientada pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), aplicada na concessão de crédito aos clientes do segmento Atacado e Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, divididos em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. A análise também abrange operações do setor agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes, fusões e aquisições. O objetivo da análise de Risco Socioambiental e Climático é subsidiar e mitigar questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão integrada de riscos.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, um conjunto de diretrizes utilizado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de projetos de infraestrutura e energia. Aplicamos os mesmos critérios socioambientais e climáticos em projetos que não se enquadram nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada às Resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945, que determinam que as organizações devem ter um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no *RPA (Risk Profile Assessment)* sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução CMN nº 4.557/2017 Bacen” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

	30/06/2025
Patrimônio de Referência Nível I	91.444,1
Capital Principal	83.365,3
Capital Complementar	8.078,9
Patrimônio de Referência Nível II	16.714,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	108.158,3
Risco de Crédito (1)	600.227,8
Risco de Mercado (2)	46.615,0
Risco Operacional	73.148,1
Total de RWA (3)	719.990,9
Índice de Basileia Nível I	12,70
Índice de Basileia Capital Principal	11,58
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,02

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2025.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(3.834)	(130.527)	(261.055)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(122)	(1.441)	(2.882)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(23.596)	(85.105)	(170.211)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(1.170)	(17.274)	(34.548)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(939)	(2.234)	(4.468)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(510)	(12.741)	(25.483)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(3.345)	(28.526)	(57.051)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(716)	(17.897)	(35.795)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(341)	(8.530)	(17.060)
Total (1)		(34.573)	(304.275)	(608.553)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(33.233)	(1.384.128)	(2.894.630)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(32.391)	(1.153.410)	(2.199.319)
Inflação	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Índices de Preços	(37.252)	(615.020)	(1.131.019)
Cupom de Dólar	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.308)	(130.210)	(239.547)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.613)	(16.440)	(35.495)
Taxa de juros Mercado Internacional	Exposição Sujeitas à Variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(3.829)	(318.964)	(685.521)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial	272	6.804	13.609
Total (1)		(112.354)	(3.611.368)	(7.171.922)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Até o semestre findo em 30 de junho de 2025, foram realizados movimentos societários para aprimorar e reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Banco Santander firma Contrato para a alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistema de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistema de Informações S.A. com a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. (“Operação”). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistema de Informações S.A.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Venda da totalidade da participação detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda. com a RFM-E Ltda. ("Operação"). A efetivação da Operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 66.653.637 no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 75.702 e o total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R\$ 208.947.531 registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2025, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2025, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050.

d) Em 30 de junho de 2025, não houve operações atividades vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2025
Até 1 Ano	420.175
Entre 1 a 5 Anos	1.019.012
Mais de 5 Anos	85.036
Total	1.524.223

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 512 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2025, foram no valor de R\$ 229.390.

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	68.500.890	-	68.500.890
Despesas da Intermediação Financeira	(59.940.070)	-	(59.940.070)
Variações Cambiais (Liquidas)	4.360.059	-	4.360.059
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	12.920.879	-	12.920.879
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(5.409.979)	(91.710)	(5.501.689)
Resultado Operacional	7.510.900	(91.710)	7.419.190
Resultado não Operacional	78.825	-	78.825
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	7.589.725	(91.710)	7.498.015
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	831.611	6.150	837.761
Participações no Lucro	(983.907)	-	(983.907)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Lucro Líquido	7.437.429	(85.560)	7.351.869
			Consolidado
			2025
	Resultado	Resultado não	01/01 a
	Recorrente	Recorrente	30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	75.964.867	-	75.964.867
Despesas da Intermediação Financeira	(62.175.852)	-	(62.175.852)
Variações Cambiais (Líquidas)	4.600.601	-	4.600.601
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	18.389.616	-	18.389.616
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(8.141.239)	(148.382)	(8.289.621)
Resultado Operacional	10.248.377	(148.382)	10.099.995
Resultado não Operacional	100.610	-	100.610
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	10.348.987	(148.382)	10.200.605
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(1.260.976)	9.177	(1.251.799)
Participações no Lucro	(1.400.392)	-	(1.400.392)
Participações dos Acionistas Minoritários	(176.758)	-	(176.758)
Lucro Líquido	7.510.861	(139.205)	7.371.656

(a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$ 91.710 e R\$ 148.382 no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$ 85.560 e R\$ 139.205

33. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2025, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 17 de julho de 2025 (inclusive). Dessa forma, a partir de 18 de julho de 2025 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 08 de agosto de 2025. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao período de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração em 30 de junho de 2025

Conselho de Administração

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
 Javier Maldonado Trinchant – Vice - presidente
 Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
 Cristiana San Jose Brosa - Conselheira
 Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
 Ede Ilson Viani - Conselheiro
 José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)
 Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro
 Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
 Luiz Carlos Nannini - Membro
 Maria Elena Cardoso Figueira - Membro Técnico Qualificado
 Pedro Augusto de Melo – Coordenador
 René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

José de Paiva Ferreira – Coordenador
 José Mauricio Pereira Coelho - Membro
 Jaime Leôncio Singer - Membro
 Cristina San Jose Brosa - Membro
 Deborah Stern Vieitas – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
 Vivianne Naigeborin - Membro
 Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
 Deborah Patricia Wright – Membro
 Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
 Javier Maldonado Trinchant – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Luiz Fernando Sanzogo Giorgi – Membro
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias	Marcelo Aleixo
Alexandre Guimarães Soares	Marcos Jose Maia da Silva
Alexandre Teixeira de Araujo	Mariana Cahen Margulies
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Marilize Ferrazza Santinoni
Camila Stolf Toledo	Michele Soares Ishii
Carlos Aguiar Neto	Paulo César Ferreira de Lima Alves
Celso Mateus De Queiroz	Paulo Fernando Alves Lima
Cezar Augusto Janikian	Paulo Sérgio Duailibi
Claudenice Lopes Duarte	Rafael Abujamra Kappaz
Claudia Chaves Sampaio	Ramón Sanchez Santiago
Daniel Mendonça Pareto	Reginaldo Antonio Ribeiro
Eduardo Alvarez Garrido	Ricardo de Oliveira Contrucci
Eduardo Luis Sasaki	Ricardo Olivare de Magalhães
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes	Richard Flavio Da Silva
Franco Luigi Fasoli	Robson de Souza Rezende
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Rudolf Gschliffner
Gustavo de Sousa Santos	Sandro Kohler Marcondes
Izabella Ferreira Costa Belisario	Sandro Mazerino Sobral
Jean Paulo Kambourakis	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Leonardo Mendes Cabral	Vanessa Alessi Manzi
Luciana de Aguiar Barros	Vítor Ohtsuki

Contadora

Anna Paula Dorce Armonia – CRC Nº 1SP – 198352/9

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo 30 de junho de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

André Juaçaba de Almeida

Ede Ilson Viani

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Guimarães Soares

Alexandre Teixeira de Araujo

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Camila Stolf Toledo

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudenice Lopes Duarte

Claudia Chaves Sampaio

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Soares Fragata Lopes

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marcelo Aleixo

Marcos Jose Maia da Silva

Mariana Cahen Margulies

Marilize Ferrazza Santinoni

Michele Soares Ishii

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo de Oliveira Contrucci

Ricardo Olivares de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Rudolf Gschliffner

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

André Juaçaba de Almeida

Ede Ilson Viani

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Guimarães Soares

Alexandre Teixeira de Araujo

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Camila Stolf Toledo

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudenice Lopes Duarte

Claudia Chaves Sampaio

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Suares Fragata Lopes

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marcelo Aleixo

Marcos Jose Maia da Silva

Mariana Cahen Margulies

Marilize Ferrazza Santinoni

Michele Soares Ishii

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo de Oliveira Contrucci

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Rudolf Gschliffner

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, entre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Ainda, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2025. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores (interno e externo) e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, tomando as iniciativas adicionais necessárias para exercer seu dever de diligência. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, dos resultados das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no primeiro semestre de 2025, no padrão Brgaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela controladoria e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e seus representantes em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2025, e além de ter acompanhado os reportes acerca dos trabalhos executados, verificou os relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2025. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2025, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disto, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como indicadores de sustentabilidade relacionados ao atendimento da Resolução CVM 193. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2025, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024, tanto do Banco Santander (Brasil) e Coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria monitora os Ofícios recebidos de órgãos reguladores, acompanha as inspeções em andamento e atua sobre os resultados e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores, planos de ação e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, bem como monitora as novas regulações, mantendo reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar o acompanhamento dos seguintes temas: (i) capital regulatório; (ii) monitoramento de segurança cibernética; (iii) Sustentabilidade, em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (iv) Conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) provisões e temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria participaram também de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e Empresas Controladas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2025, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 25 de julho de 2025.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro cujo mandato encerrou-se em 20 de julho de 2025

Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro a partir de 21 de julho de 2025

René Luiz Grande

Andrea Maria Ramos Leonel